

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

DIRECCIÓN DE POSTGRADOS



SEBASTIÃO SILVA COSTA

**PRECONCEITO
NAS RELAÇÕES ENTRE A FALA E A ESCRITA
NO ENSINO MÉDIO DO CETN EM 2018**

**Assunção – Paraguai
2019**

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS



SEBASTIÃO SILVA COSTA

PRECONCEITO
NAS RELAÇÕES ENTRE A FALA E A ESCRITA
NO ENSINO MÉDIO DO CETN EM 2018

Dissertação de Mestrado apresentada à FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES como requisito básico para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora:
Dr^a. Maria Aparecida Antunes Moreira

Assunção – Paraguai
2019

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS



PRECONCEITO
NAS RELAÇÕES ENTRE A FALA E A ESCRITA
NO ENSINO MÉDIO DO CETN EM 2018

Dissertação de Mestrado apresentada à FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES como requisito básico para a obtenção do Título de Mestre.

Aprovada em: 09/08/2019

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Antunes Moreira (Orientadora)

Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira (Avaliador)

Prof^a. Dr^a. Susana M. Barbosa Brandão (Avaliadora)

Prof. Dr. Ismael Fenner (Avaliador)

Diretor Geral - FICS

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo Investigar o preconceito linguístico expresso nas práticas pedagógicas do ensino da língua, tomando como base a análise do trabalho com a leitura, com a escrita e a oralidade, a partir de uma pesquisa realizada com alunos do 1º ano do Ensino Médio do CETN em Tanque Novo/BA, onde envolveu a participação de 34 sujeitos. Para realização da pesquisa, utilizou-se um questionário com perguntas fechadas junto aos alunos. A análise dos dados coletados acontece à luz de importantes contribuições de renomados pesquisadores sobre a importância da leitura e da escrita para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e cultural do aluno; destacando a influência da oralidade na escola, como forma de promover uma vivência integrativa, no sentido de conscientizar tanto o aluno quanto o professor e a comunidade em geral, dos problemas advindos do preconceito linguístico e social impregnado nas metodologias do trabalho pedagógico com a norma culta da língua. O resultado da pesquisa aponta para uma mudança de postura de alguns educadores no sentido de trabalhar a norma padrão e também respeitar a forma própria, que os alunos têm de se expressarem oralmente.

Palavras-Chave: Leitura – Escrita – Oralidade – Preconceito Linguístico.

ABSTRACT

This work aimed to investigate the linguistic prejudice expressed in the pedagogical practices of language teaching, based on the analysis of the work with reading, writing and orality, based on a research carried out with students of the 1st year of High School of CETN in Tanque Novo / BA, where it involved the participation of 34 subjects. To carry out the research, a questionnaire with closed questions was used with the students. The analysis of the collected data happens in the light of important contributions of renowned researchers on the importance of reading and writing for the student's linguistic, cognitive and cultural development; highlighting the influence of orality in school as a way to promote an integrative experience in the sense of raising awareness among students, teachers and the community in general of the problems arising from linguistic and social prejudice impregnated in the methodologies of pedagogical work with the cultured norm of the tongue. The result of the research points to a change in the posture of some educators in the sense of working the standard norm and also respecting the form itself, that the students have to express themselves orally.

Keywords: Reading - Writing - Orality - Linguistic Prejudice.

Dedico a todos que se comprometem com a Educação de forma significativa, procurando fazer sempre a diferença, mesmo sem o devido reconhecimento e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento inicial é direcionado a Deus, que me ilumina, conduz e fortalece todos os dias da minha vida.

A minha família, pelo apoio e incentivo incondicional aos meus projetos, em especial, meu pai (*in memoriam*), com seu exemplo, vivenciado durante seu curto tempo aqui na terra conosco. Minha mãe, exemplo de guerreira, meus filhos, razão do meu viver e à minha esposa, companheira, cúmplice e parceira de todos os instantes, inclusive, na missão de professor.

A todos os mestres e amigos, pelos momentos vivenciados e experiências partilhadas nesse curso desafiante, em especial, à Professora e orientadora Dr^a. Maria Aparecida Antunes Moreira pela disponibilidade e atenção, sempre dedicada à minha pesquisa e a Marcelo Marques Carneiro, meu amigo e colega de, meu carinho e respeito pelo companheirismo e apoio.

À Coordenação do Mestrado da FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES e do DOMINIUS por toda confiança depositada em meus esforços para cumprir essa missão.

Finalmente, a todos aqueles que contribuíram para essa realização.

“Libertar a palavra que o homem tem dentro de si, desenvolver o raciocínio, saber usar esta palavra com lógica, emoção e criatividade é transformá-lo e fazer deste homem um ser no mundo e com o mundo.”

(Nelly Carvalho)

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1 - Percepção dos alunos sobre a forma de falar dos colegas | 43 |
| GRÁFICO 2 - Tratamento dado pelo professor à fala dos alunos | 44 |
| GRÁFICO 3 - Tratamento dado pelos alunos à fala dos colegas | 46 |
| GRÁFICO 4 - Situação de preconceito presenciado pelo aluno durante sua vida escolar | 47 |
| GRÁFICO 5 - Incidência de preconceito sofrido pelo aluno durante sua vida escolar | 48 |
| GRÁFICO 6 - Situações de preconceito quanto à forma de falar presenciadas pelos alunos na escola e quem as praticou. | 49 |
| GRÁFICO 7 - Visão do aluno sobre o que acontece com as pessoas que não leem | 50 |
| GRÁFICO 8 - Atividades didático-pedagógica, utilizadas pelo professor, em sala de aula | 51 |
| GRÁFICO 9 - Postura do aluno diante de palavras diferentes do seu vocabulário usual | 52 |
| GRÁFICO 10 - Relação entre fala e escrita | 53 |
| GRÁFICO 11 - Hábito de revisar o texto e reescrevê-lo | 54 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 Tema | 10 |
| 1.2 Título | 10 |
| 1.3 Problema | 10 |
| 1.4 Problematização | 10 |
| 1.5 Justificativa | 11 |
| 1.6 Objetivos | 14 |
| 1.6.1 Objetivo geral..... | 14 |
| 1.6.2 Objetivos específicos..... | 14 |
| 2 MARCO TEÓRICO | 15 |
| 2.1 Marco Epistemológico do tema preconceito linguístico | 15 |
| 2.2 Aporte Teórico | 16 |
| 3 METODOLOGIA | 39 |
| 4 ANÁLISE DE DADOS..... | 44 |
| CONCLUSÃO | 56 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 58 |
| ANEXOS | 62 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema:

Preconceito linguístico

1.2 Título:

Preconceito nas relações entre a fala e a escrita no 1º Ano do Ensino Médio do Colégio Estadual de Tanque Novo em 2018

1.3 Problema:

É fato que a pedagogia das escolas brasileiras prima pelo uso da norma culta da Língua, entretanto, os alunos apresentam muita dificuldade quanto ao uso da norma padrão na produção textual, tanto na escrita, quanto na oralidade. Por outro lado, é evidente que o processo de comunicação flui naturalmente entre estes alunos. Então, surge a indagação: **Existe um caráter preconceituoso nas ações pedagógicas entre a fala e a escrita em relação aos padrões da norma culta da Língua?**

1.4 Problematização

- As práticas pedagógicas adotadas pelos professores no trabalho com a textualidade, seja na oralidade, seja na escrita, reproduzem o preconceito linguístico?
- Existe, realmente, um preconceito linguístico expresso na realidade escolar ou é, somente, uma percepção esporádica e isolada ligado ao sentimento de inferioridade?
- O tratamento dado ao ensino da língua enfatizando os aspectos da norma culta pode ser um entrave na aprendizagem daqueles que chegam à escola sem o domínio da língua “padrão”?

1.5 Justificativa

O presente projeto, DESAFIOS E PRECONCEITOS NAS RELAÇÕES ENTRE A FALA E A ESCRITA NO ENSINO MÉDIO DO CETN EM 2018, procura atender aos requisitos exigidos pela **FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES** na conclusão do curso de Mestrado em Educação.

A presente pesquisa tem como desafio, aprofundar a reflexão acerca do tema: **preconceito linguístico** nas relações entre fala e escrita dentro da escola brasileira, à luz de uma pesquisa sociolinguística, tomando como campo de análise uma turma do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual de Tanque Novo.

É fato que, mesmo diante dos esforços e ampliação dos recursos educacionais, grande parte dos alunos, hoje, chega ao Ensino Médio sem dominar as competências linguísticas propostas pelo Currículo e pela norma padrão da língua e os professores enfrentam dificuldades para tratar das disparidades existentes nas relações entre a língua falada e a língua escrita.

Também é fato de que a falta de domínio da norma culta da língua, por parte do aluno, é motivo de classificação preconceituosa na escola e em outras esferas da sociedade. Como enfatiza Bagno ao dizer que:

o preconceito linguístico é alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos. (BAGNO, 2007, p.13)

Diante dessa realidade, surge uma questão de suma importância: **a escola não estaria cometendo constrangimento e preconceito ao tentar desenvolver nos alunos as habilidades orais e escritas buscando os padrões da norma culta da língua?**

Nesta investigação, busca-se considerar as práticas pedagógicas adotadas pelos professores no trabalho da textualidade com os alunos, seja na oralidade, seja na escrita.

O objetivo maior desta pesquisa é Investigar o preconceito linguístico expresso nas práticas pedagógicas do ensino da língua e buscar, a partir da observação da realidade dos alunos do 1º ano Ensino Médio e os fundamentos teóricos referenciados, analisar as razões da disparidade entre fala e escrita, debatida entre os professores e que se percebe na sala de aula. Fazendo um paralelo dessa realidade com as práticas pedagógicas adotadas nas escolas, assim como criar um ambiente de debate para possíveis soluções.

Este trabalho tem como foco, ampliar o debate sobre as ações pedagógicas do professor no trabalho com oralidade, a leitura e a escrita em turmas do Ensino Médio. Com o intuito de verificar a contribuição das marcas de oralidade na formação cultural do indivíduo. Ao mesmo tempo, investigar possíveis constrangimentos e preconceitos vivenciados pelos alunos em relação à metodologia adotada pelo professor em referência à norma padrão da língua.

Com isso, tentar entender e encontrar soluções para superar as dificuldades de leitura, interpretação e produção textual dentro do cotidiano escolar do Colégio Estadual do município de Tanque Novo/ Bahia.

Fundamentando-se à luz de pesquisadores da área, como: Marcuschi (1993), Bagno (2002), Kleiman (2001), Lufi (2005) (Yunes, 2002; Marcuschi, 2000; Jespersen, 1947; Solé, 1998; Freire, 2011; Lajolo, 1982; Luckesi, 1984); e Saussure (2006), evidencia-se a desvalorização da oralidade no espaço escolar o que interfere significativamente no processo ensino-aprendizagem, onde os educadores não valorizam a oralidade dos alunos, pressupondo que a língua oral não apresenta a mesma importância que a escrita para o domínio da norma culta da língua. Ou seja, anula a possibilidade nata do aluno de interação imediata com a escola e com os conteúdos planejados.

Com isso, vem o questionamento: é possível instruir o aluno negando-lhe o direito de mostrar suas experiências e expectativas pela via mais acessível que ele dispõe que é a oralidade, tratando-o como carente linguístico ou como se não falasse língua nenhuma?

Os alunos chegam à escola com habilidades orais que suprem suas necessidades básicas de comunicação em suas diferentes manifestações sociais, porém estão longe de terem o domínio efetivo do idioma normativo. Esses alunos

usam uma linguagem coloquial que perdem gradativamente ao terem contato com a “Norma Culta” e os padrões da escola. Com isso, eles diminuem a participação nas atividades orais por medo de cometerem deslizes diante da classe.

Dessa forma, considerando o aluno como ponto de partida e de chegada para o desenvolvimento da aprendizagem dentro da escola, este trabalho busca uma reflexão de como instruir o aluno valorizando sua oralidade, tratando-o como alguém que tem uma forma de falar eficiente em suas necessidades, mesmo que diferente da norma padrão.

Diante dessa problemática torna-se necessário o debate sobre as práticas pedagógicas que priorizam as regras e conceitos da escrita em detrimento da oralidade trazida desde a infância pelos alunos.

Busca-se, portanto, a implementação, ampliação e diversificação de atividades orais entre os alunos, desde os primeiros anos escolares, a fim de acrescentar-lhes o domínio da norma culta, visando o aperfeiçoamento de sua competência comunicativa na sociedade. Visto que é função da escola fornecer o instrumento necessário para que o estudante possa adequar seu ato verbal às necessidades de cada situação comunicativa sem nenhum trauma ou transtorno.

Nesse sentido, uma escola que se limita a conduzir crianças e jovens para o uso da palavra escrita, esquecendo-se que a sociedade contemporânea é caracterizada por uma multiplicidade de linguagens e forte influência dos meios, está realizando apenas metade dos objetivos que lhe é proposto.

Em primeiro lugar é preciso entender a criança como um sujeito social e histórico. Um ser que sonha, sente, pensa, age, deseja, se expressa e se relaciona em um contexto de tempo e espaço e em um determinado momento histórico social. Neste contexto, a escola terá maior eficácia no seu papel de formar bons leitores, escritores e oradores capazes de se expressarem com desenvoltura e criticidade suas ideias e de exercerem com competência sua cidadania.

Este trabalho foi realizado na cidade de Tanque Novo/BA, através de uma pesquisa quali-quantitativa envolvendo uma amostra com 34 sujeitos. Onde, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas, junto aos alunos e realizado um trabalho com oficina de leitura, produção textual, expressão oral, observação e registro.

Buscou-se verificar se há alunos que consideram sua forma de falar como incorreta, se há alunos que corrigem a forma de falar do colega e se há alunos que não leem ou ficam isolados, que tem dificuldades de se expressarem. Visando estudar o nível de leitura e interpretação destes alunos, suas dificuldades no estudo da língua para verificar se há indícios de constrangimento e preconceito em relação à maneira como estes alunos expressam, seja na oralidade, ou na escrita em relação às práticas pedagógicas no ensino da língua.

Para uma melhor análise e compreensão da problemática abordada, ocupa-se no capítulo seguinte ao aprofundamento de pesquisas e conclusões de um vasto e rico repertório teórico de estudiosos e autores consagrados no universo da Linguística e da Sociolinguística.

1.6 Objetivos:

1.6.1 Objetivo geral:

Investigar o preconceito linguístico expresso nas práticas pedagógicas do ensino da língua em uma turma do 1º ano Ensino Médio do Colégio Estadual de Tanque Novo.

1.6.2 Objetivos específicos:

- compreender o processo teórico das relações entre fala e escrita; identificar e analisar as estratégias utilizadas pelos professores para desenvolver no aluno o hábito do uso da linguagem culta;
- verificar, conforme a legislação vigente, se as práticas utilizadas para o ensino da língua culta no ensino médio não fere a cultura do aluno e lhe cause constrangimento ou preconceito linguístico;
- detectar a ocorrência do preconceito linguístico entre os alunos;

2. MARCO TEÓRICO

Neste capítulo serão abordados conceitos e pressupostos teóricos da Linguística e da Sociolinguística para dar amparo teórico e científico à análise e discussão dos dados levantados sobre o preconceito linguístico, objeto desta pesquisa.

2.1 Marco Epistemológico do termo Preconceito Linguístico

A opção pelo tema preconceito linguístico, nesta pesquisa, se deve aos seguintes fatores: o primeiro é que pouco se tem debatido tal temática; segundo é buscar romper alguns paradigmas que estão se formulando nos últimos anos a cerca de que a questão do preconceito está superada em nossa sociedade e o que persiste são marcas ideológicas ou, meramente, complexo de inferioridade.

Para tanto, se faz necessário a compreensão do que seria mesmo o preconceito, de como este tema vem sendo abordado ao longo da história, e, desta forma, aprofundar a análise e discussão sobre o objeto desta pesquisa, ou seja, a ocorrência do preconceito linguístico.

Fazendo uma referência conceitual Guerra vem definir o preconceito como sendo:

um conceito ou uma opinião previamente concebida. Em outras palavras, trata-se de um juízo feito sobre um indivíduo ou grupo social antes de qualquer experiência. O preconceito age a partir de uma simplificação, estabelecendo categorizações sociais através da criação de estereótipos. (GUERRA, 2017, P.1)

Em se tratando de preconceito linguístico a situação fica ainda pior, posto que os estereótipos são formais, ou seja, instituídos legalmente. Fato que pode resultar em um grande entrave na comunicação daqueles que não possuem o domínio da norma culta da Língua.

Essa falta de domínio da norma culta da Língua, por parte do aluno, é motivo de classificação preconceituosa na escola e em outras esferas da sociedade. Como enfatiza Bagno ao dizer que:

o preconceito linguístico é alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos. (BAGNO, 2007, p.13)

Infelizmente, o preconceito linguístico é veiculado diariamente e entra nos lares de milhões de brasileiros, principalmente, por parte das telenovelas que colocam de forma pejorativa uma fala caricatural nos personagens que representam determinada região do Brasil. É o que vem demonstrar, indignado, Bagno:

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano linguístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum no Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão (BAGNO, 2007, p. 42-43).

2.2 Aporte Teórico

Para uma análise científica acerca da possível ocorrência do preconceito linguístico no ensino da Língua apresentado no capítulo introdutório é preciso partir da percepção teórica que se tem sobre a relação entre a língua falada e a escrita na proposta pedagógica das escolas.

Explicar essa relação sempre foi objeto de muitas pesquisas e discussões as quais tem produzido um vasto repertório de conclusões práticas e teóricas, entretanto, não esgotam as lacunas para novos questionamentos nem, tão pouco, resolve a perplexidade do ensino da língua diante da polissemia e variações linguísticas presentes na interlocução entre os indivíduos.

A interlocução é uma característica própria da linguagem. Sempre quando se fala ou se escreve há um interlocutor; essa visão de relação entre emissor e receptor na comunicação não é mecânica, mas interativa.

Entretanto, por muito tempo acreditou-se que a língua era homogênea e através desse conceito montou-se uma Gramática Normativa. Estipulou-se uma

Norma Padrão considerada como o único modo correto para condução pedagógica e uso da língua materna.

Infelizmente, há um grande entrave no ensino da língua, uma confusão criada ao longo da história entre a língua e a gramática normativa, como se ambas deversem ser compreendidas sob o mesmo significado o que, muitas vezes, dificultou ou impediu o aluno em seu desempenho linguístico no ambiente escolar.

Verifica-se, o contrário, que a gramática normativa é estática e a língua é dinâmica e para melhor entendimento deste conceito Bagno exemplifica que:

a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renova quando vier a próxima cheia. (BAGNO, 2007, p. 66)

Cabe, então, à escola fornecer o instrumento necessário para que o estudante possa adequar a sua fala em cada situação comunicativa na prática da língua (oral e escrita) nas atividades realizadas em sala de aula. Este seria o ponto de partida e também de chegada das estratégias de ensino-aprendizagem e integrando-as às atividades de reflexão sobre o funcionamento da linguagem em todos os aspectos.

É através da linguagem que o homem se reconhece como humano, pois pode se comunicar com os outros homens e trocar experiências. Existe, porém uma condição prévia para a manifestação da linguagem: é preciso haver um grupo humano, no qual o sujeito se confronte com o conjunto e perceba como indivíduo. E, portanto na convivência social que nasce às linguagens, conforme as necessidades de intercâmbio. (AGUIAR; BORDINI, 1993, p. 9)

Partindo da ideia de Bordini (1993) de que “é preciso haver um grupo humano, no qual o sujeito se confronte com o conjunto e perceba como indivíduo” é possível afirmar que todo processo de comunicação se inicia fora de um contexto verbal normativo, e sim da necessidade de compreensão mútua entre os indivíduos do grupo e acontece, principalmente, pela oralidade. Conforme afirma Saussure (2006, p. 95), que “a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos”.

A oralidade é o conjunto de referência da escrita, no entanto a escrita não fixa a linguagem oral, e sim a transforma. No entanto, existe uma inversão de relação entre escrita e fala em muitos casos das relações sociais, bem como no ensino da língua portuguesa, onde atribui-se uma suposta superioridade da escrita sobre a fala. Essa atitude de supervalorização da escrita constitui um matiz do preconceito linguístico que pesa em relação à oralidade e segundo Yunes:

A oralidade, a escrita e as imagens são linguagens que convivem mantendo suas importâncias específicas. Uma não desmerece a outra; complementa-a na vida mesmo no mundo contemporâneo cada linguagem tem sua parcela de contribuição para a interação dos homens qualificando as relações. (YUNES, 2002, p.61)

Logo, se a fala e a escrita são complementares em qualquer situação, seja qual for o papel do falante no discurso, deve-se levar em consideração o conhecimento partilhado entre os interlocutores. O que requer prudência para não violar intencionalmente o espaço discursivo entre um e outro, ao falarem sobre fatos, estados, eventos plausíveis e ao utilizarem e compartilharem recursos linguísticos disponíveis. Nem para que não ocorra a valorização da modalidade da língua escrita, em detrimento língua falada, conforme enfatiza Marcuschi, ao dizer que,

Seria útil ter presente que, assim como a fala não representa propriedades intrínsecas privilegiadas [...] postular algum tipo de supremacia ou inferioridade de alguma das duas modalidades seria uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é escrita ou vice-versa. (MARCUSCHI, 2000, p. 35)

Por isso, é de grande importância desmistificar o mito de inferioridade da fala e é interessante aceitar que a língua falada é uma língua diferente da escrita e não simplesmente uma desordem à norma culta. É preciso ter em mente que cada uma dessas modalidades possui características próprias, cada uma com a sua devida importância.

A escrita tem sido classificada como uma estrutura complexa, formal e abstrata, enquanto a fala uma estrutura simples ou desestruturada, informal, concreta e dependente do contexto, pois o aluno já sabe falar quando chega à escola, mas nem sempre domina, em sua essência, a gramática da língua. Por

outro, a fala influencia sobre a escrita nos primeiros anos escolares, principalmente no que se refere à representação gráfica dos sons e também as gramáticas tratam as relações entre fala e escrita tendo como parâmetro a língua escrita.

Quanto à escola, não se trata de “reensinar a fala”, mas de mostrar aos alunos a grande variedade de usos da fala, dando-lhes a consciência de que a língua não é homogênea, monolítica, trabalhando com eles os diferentes níveis, do mais coloquial ao mais formal das modalidades “escrita e falada”.

Os interlocutores precisam estar atentos às atividades verbais e não-verbais, pois não somente o falado, mas a situação em que se fala pode afetar a conversação, já que o meio corresponde ao canal de comunicação pelo qual a mensagem é transmitida oralmente, seja face a face, via telefone, internet, etc.

O texto falado tem seu processo de organização com maior liberdade onde é possível perceber sua estrutura, suas estratégias, interrupções, retomadas, sobreposições, etc.; de onde se deduz que o sistema da língua é o mesmo, tanto para a fala quanto para a escrita. O texto escrito deve ser bem formulado, deve relacionar as ideias com sequência lógica, deve ter um padrão, organiza-se com apresentação, introdução, desenvolvimento e conclusão.

Segundo Fávero (2003, p. 32) “a alta incidência de repetições no texto falado é perceptível com facilidade e favorece a coesão, além de contribuir para a organização tópica”, embora na coerência não exista transitividade, isto é, cada segmento do texto não precisa estar ligado diretamente ao anterior, observa-se que ela é propriedade daqueles que interagem no texto e não deste.

Por isso, é preciso que eles sejam coerentes no que dizem e, principalmente, saibam sobre o que dizer. Os marcadores textuais podem ser produzidos tanto pelo falante como pelo ouvinte através do riso, do olhar, da gesticulação e eles tem suas funções, fase a fase, na medida em que estabelece, mantém e regulam o contato entre os interlocutores.

As atividades de formulação textual tanto ocorrem na produção do texto falado quanto no texto escrito e em cada uma das modalidades da língua. Assim, para produzir e formular um texto, não basta planejá-lo, é preciso realizá-lo, isto é, formular é efetivar atividades que estruturam e organizam os enunciados de um texto.

Portanto, formular um texto é organizar traços linguísticos, ou seja, as marcas para que o texto possa ser compreendido pelo interlocutor e seja, ao mesmo tempo, ação e interação.

Retomando a análise sobre a fala e a escrita é preciso lembrar que as duas modalidades pertencem ao mesmo sistema linguístico. Sendo que na escrita acontece um processo mecânico que requer a coordenação consciente de ações motoras e mentais.

Assim, a escrita perpassa por um estágio artificialmente convencional, ela é mais completa em sua estrutura pelo fato de observar normas e técnicas, enquanto a fala é um processo natural, espontâneo.

Para melhor esclarecer a relação entre a fala e a escrita, Marcuschi (1993) vem acrescentar que:

as diferenças entre fala e escrita não se esgotam nem têm seu aspecto mais relevante no problema da representação física (gráfica e som), já que entre a fala e a escrita medeiam processos de construção diversos. (MARCUSCHI, 1993, p. 4)

É possível perceber, pela simples observação, o estilo falado é marcado pelo uso de menor quantidade de palavras, palavras com menos sílabas, frases curtas e com maiores marcas regionais do que o estilo escrito.

Para melhor caracterizar um texto falado ou escrito é preciso identificar os componentes que fazem parte da situação comunicativa, suas características pessoais, personalidades, interesses, crenças, modos e emoções. Procurando relacionar fala e escrita sem que haja distorção do que de fato ocorre.

Para tanto, é preciso considerar as condições do ambiente de produção, tendo em vista que estas possibilitam a efetivação de um evento comunicativo e são distintas em cada modalidade. Tais condições influenciarão o grau de informalidade ou formalidade, tanto da oralidade quanto da escrita.

No texto escrito há envolvimento do autor com o texto, com seu conteúdo e, evidentemente, com um possível leitor. Já no texto falado o envolvimento se dá de forma direta entre os interlocutores, diminui-se a formalidade, mas aumenta a possibilidade de interferências preconceituosas. Principalmente, dentro do ambiente

escolar, onde, por exigências do currículo, deve acontecer a apropriação dos padrões normativos da língua.

. No trabalho pedagógico de aquisição da escrita não se pode valer, apenas, da observação da fala. As teorias da aquisição de linguagem indicam a necessidade de se proceder de modo especial a partir do contexto do aluno. Entendendo, conforme alguns pesquisadores, como Chafe, Biber, Tannen e Marcuschi, que pode haver muito mais semelhanças linguísticas do que diferenças entre fala e escrita.

As diferenças ficam por conta do grau de formalismo, isto é, dos diferentes níveis de uso da língua e que a noção de dialeto padrão uniforme é teórica, não ocorrendo na prática. O professor precisa demonstrar que fala e escrita não podem ser dissociadas e que elas se influenciam mutuamente.

Essa influência gera uma dinâmica social que compreende não só as relações diárias entre os membros da comunidade, como também uma atividade intelectual que vai desde o fluxo informativo dos meios de comunicação até a vida cultural, científica e literária. Assim, a língua funciona como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade.

É através da influência mútua entre a fala e a escrita que a realidade se transforma em signos, pela associação de significantes sonoros e significados arbitrários, com os quais se processa e a comunicação linguística acontece.

Para aprofundar na discussão sobre o preconceito linguístico é preciso analisar diversos fatores que pesam sobre as variações de linguagem dentro de uma determinada comunidade. Fatores que para Jespersen (1947) está presente, até mesmo, em um mesmo indivíduo, considerado isoladamente dentro do grupo.

Seu tom na conversação e, com ele, a escolha de palavras muda segundo a camada social em que se encontra no momento. Há um estilo para a declaração de amor, outro para a declaração oficial, outro para a negativa ou reprimenda. (JESPERSEN, 1947, p.181)

Apesar de tudo, há uma relatividade nessa tentativa de identificação entre indivíduo e língua. Nem sempre é possível afirmar com precisão que um indivíduo de determinada região, cultura, posição social, raça, idade, sexo, etc., escolheria estruturas e formas que pudessem ser previstas.

Por outro lado, nem sempre é possível estabelecer padrões de linguagem individual de acordo com uma variedade muito grande de situações que pudessem servir de ponto de referencia para uma classificação mais perfeita dos níveis de fala.

Nas variedades linguística diversas ao indivíduo ou ao grupo a que pertence, exige-se do falante um cuidado especial com a linguagem, visto que cada posição social tem sua linguagem.

Um político, um chefe de estado, um dirigente industrial, um executivo, um bancário ou um operário não possuem, via de regra, o mesmo nível de linguagem, embora possam conviver diariamente na comunidade em que atuam. Seu idioleto (saber o linguístico individual) varia de acordo com sua cultura, posição social e grau de instrução.

O dialeto culto é, naturalmente, visto pelos falantes como o de maior status, reflexo de cultura para todos na comunidade. De certa forma, “aprender a língua” significa aprender o dialeto culto. Este é quase sempre usado pela literatura e por outras espécies de linguagens escritas, exceto as cartas familiares, a literatura popular como o cordel, os diálogos mais realistas dos romances, os versos das musicas populares etc., em que predominam o dialeto social popular.

Em geral, pode-se dizer que o dialeto social culto, em razão das características apontadas, se prende mais às regras da gramática tradicionalmente considerada normativa e veiculada pela escola, aos exemplos da linguagem escrita, literária, muito mais conservadora, ao passo que o dialeto social popular é mais aberto às transformações da linguagem oral do povo.

Um dialeto social comum serviria como um meio-termo entre ambos e teria uma aceitação ampla nas camadas de uma classe média escolarizada, nos meios de comunicação e também no próprio ambiente escolar. Pelo menos, no ensino mais recente que leva em conta essas variações socioculturais no aprendizado da língua.

O problema das variedades linguísticas nos levaria a pensar em como certas variações da linguagem se instalam em determinados grupos, identificando-os e diferenciando-os de outros grupos. Os falantes de um grupo social falam habitualmente de um mesmo modo, mantêm esses comportamentos através das gerações como se criasse uma lei ou norma que lhes indicassem a melhor maneira

de comunicar-se dentro de seu grupo geográfico e social.

Essa afirmação é, aparentemente, contraditória porque o próprio fenômeno linguístico não é estático, embora conservador. Um indivíduo isoladamente não pode, em plena consciência, apressar ou retardar a evolução da língua de sua comunidade, esta evolução, processa-se naturalmente, em todos os sentidos e evolui naturalmente, procurando uma melhor forma de comunicação.

Conforme visto antes, uma linguagem comum do ponto de vista geográfico, usada pelos falantes urbanos de cultura média, empregada no dia-a-dia, contribui para a unificação dos falares regionais, porque é compreensível em todas as regiões do país. Por outro lado, essa unificação linguística torna-se cada vez mais real, devido à universalização da comunicação e pelo uso dos mais variados meios midiáticos.

Embora nem sempre os autores estejam de acordo quanto à definição de uso ou norma, todos concordam quanto ao seu caráter social, visando aos interesses da comunicação na comunidade.

É importante ressaltar que a literatura clássica exerceu um papel significativo nos comportamentos social e linguístico, para demonstrar que em todas as épocas, a língua literária, com maior ou menor intensidade, manteve uma ligação com a realidade falada.

Além disso, na análise do diálogo dentro das várias épocas da literatura brasileira, somos forçados a admitir que o problema das relações entre a fala da personagem e a linguagem do autor nem sempre se passou da mesma maneira, independente de sua ligação mais direta com fatos da realidade, como a modernista, que penetra nas raízes populares, urbanas e regionais.

Essa linguagem é encontrada também em outras personagens que aparecem além dos livros, próprios dos meios de comunicação de massa, em especial a televisão, o rádio e a internet que criam personagens cômicas na dinâmica da língua oral e das estreitas relações que ligam o cultural e a personalidade do indivíduo ao seu dialeto social.

Para o estabelecimento de uma pedagogia da oralidade, é necessário levar em conta alguns aspectos da língua. O primeiro deles é a determinação dos objetivos da prática da oralidade no ensino de língua materna. A criança, quando

chega à escola, embora já tenha habilidades orais básicas para se comunicar, está ainda longe de ter o domínio efetivo do idioma em suas diferentes manifestações sociais.

Quando inicia sua vida escolar, o aluno já possui certas intuições a respeito do funcionamento da língua que vão sendo reforçadas, independentemente de qualquer orientação a respeito, com a percepção da diferença entre a fala dos escolarizados e a dos não escolarizados, entre a fala do professor em sala de aula e a usada entre os alunos.

Segundo Head (1988), uma das mais importantes tarefas do professor do vernáculo é a de estimular nos alunos a capacidade de observar, objetivamente, o funcionamento da língua enquanto instrumento de comunicação.

Diante disso, entende-se que o ensino deva desenvolver no aluno a capacidade de reconhecer as diversas variedades da língua e como empregá-las de forma adequada.

A escola compreende o ensino da língua como simples sistema de norma, no entanto, é necessário trabalhar a norma sem preconceitos e sem constringimento às particularidades linguísticas da realidade do aluno.

Professores de outras disciplinas também devem integrar o trabalho com a linguagem em sala de aula através de leitura ou produção de texto que leva o aluno assumir suas críticas e ser criativo na sua função de sujeito enquanto falante e ouvinte.

Ensinar oralidade na escola não é ensinar a fala cotidiana. A linguagem deve ser trabalhada como qualquer outro conteúdo curricular e não ficar presa na oralidade dos alunos, podendo ser ensinada na escola de uma forma planejada, independente do que foi elaborado. É importante preocupar-se com o desenvolvimento da oralidade dos alunos, muitas vezes deixada de lado nas séries iniciais do ensino fundamental.

Segundo Geraldi (1991) e Lopes (1992), a prática da atividade oral em sala de aula é fundamental, uma vez que possibilita ao aluno desenvolver-se utilizando vários recursos de conhecimento linguístico e que envolvam os participantes, mas também o ouvir e o escutar. O ouvinte enriquece seus conhecimentos podendo dialogar, trocar ideias e cada vez mais ampliar seus conhecimentos através da

interação que a língua proporciona.

A escola não ensina língua a nenhum aluno, pois ela recebe crianças que já falam. Ninguém fala igual ao outro. Todas as línguas variam, principalmente, de uma região para outra.

É evidente que mesmo sem preocupar com a oralidade, a escola influencia positivamente o desempenho oral do estudante; o contato com os professores com os meios de comunicação, com os livros, com novas tecnologias e com a sociedade em geral sempre acrescenta algo, conscientemente ou não, à sua competência de comunicação. Todavia, é papel fundamental da escola de forma interdisciplinar assumir o compromisso com a formação textual do aluno, seja de forma oral ou escrita.

Desde os primeiros anos escolares, a abordagem que se dá à língua é inadequada, justamente por não se levar em conta a diferença entre a modalidade escrita e a oral, causando no aluno a impressão que na sala de aula só se fala a língua a partir da escrita. Assim, cabe à escola levar o aluno a descobrir as peculiaridades de uma e outra modalidade, incentivando-o a produzir textos que cumpram os requisitos de cada uma.

Para Geraldí (1991) a solução não é abolir a assimetria própria desse tipo de discurso, mas sim relativizar as posições que vem sendo aprofundadas pela escola. Ele sugere que a fala do aluno não seja sempre encarada como algo a ser corrigido, mas sim expandido.

Não se pode falar de uma norma, mas de um conjunto de normas que caracterizam o falar de diferentes categorias sociais. Se a norma não é única e varia em função dos grupos sociais, então é necessário considerar, para a pedagogia do oral, as condições de produção dessa oralidade.

Na escrita, o processo comunicativo se realiza de forma diferente por ser desprovido de intercâmbio entre os participantes. Quem escreve precisa explicitar mais os elos proporcionais. Enquanto que na conversação a escrita é uma produção individual e, conseqüentemente, não marcada por envolvimento interpessoal.

Com relação à questão coerência na linguagem oral e escrita, sabe-se que o texto pode usar tipos de pistas linguísticas diferentes do escrito, para que o ouvinte possa perceber o texto como coerente. No texto oral, na maioria dos casos, a

coerência depende, muito mais do contexto situacional do que escrito, porque na fala os elementos da situação cooperam no estabelecimento das relações entre os elementos do texto em grau mais alto do que no escrito.

Percebe-se que o ouvinte compreendeu o que queria comunicar, torna-se desnecessário e inadequado à continuação de sua fala em muitas situações. Logo que percebe que o ouvinte não está entendendo o que é dito, interrompe-se o discurso, muda-se o seu planejamento ou introduza-se uma explicação. A presença de sinais de fragmentação em discurso planejados explica-se pela própria natureza, que tem características marcadamente intermediárias entre a fala informal e a escrita formal.

Antes de solicitar qualquer produção oral dos alunos, é importante desenvolver uma atividade de sensibilização à especificidade e diversidade da língua oral e escrita, que certamente contribuirá para facilitar o seu posterior desempenho linguístico.

Para Solé (1998),

... é interessante que os alunos leiam diferentes tipos de texto na escola, que conheçam e se acostumem com diferentes superestruturas. Para nós, leitores especialistas, o simples fato de saber que vamos ler uma notícia, um relato, uma peça de teatro, as instruções de montagem de um aparelho ou a definição do que se entende por esquema em Psicologia nos faz ficar alertas, nos faz esperar determinados conteúdos e não outros, nos permite atualizar certas estratégias e nos prepara para uma leitura mais ágil e produtiva e para uma melhor compreensão. (SOLÉ, 1998, p.83)

Observa-se que é fundamental o trabalho com as diversas situações de leitura para que seja possível ter sucesso com o desempenho oral dos alunos. Conseqüentemente, não se pode exigir do aluno, como simples aprendiz, um desempenho linguístico oral perfeitamente fluente se não lhe oferecido condições e oportunidades de aprendizagem para tanto. Portanto o ato de se expressar oralmente em público é, também, objeto de estudo e aprendizagem prática na sala de aula.

Assim o papel da escola consiste em mostrar ao educando as diferentes variações linguísticas, essa tarefa deve-se iniciar logo nos primeiros anos escolares. Na primeira etapa o professor pode ir mostrando aos alunos as diferenças entre as

variedades sociais, enfatizando assim a diferença entre as modalidades oral e escrita. Tendo em vista que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele.” (FREIRE, 2011, p.19)

No contexto social, a língua escrita e a língua oral apresentam natureza distinta, ou seja, a escrita não é uma representação gráfica da fala. O aluno quando chega à escola já traz consigo uma linguagem e o desempenho oral dessa linguagem se manifesta na escolarização. Cabe à escola ensinar a escrita, além de estimular e dar subsídios para que o aluno continue a desenvolver a linguagem oral que traz consigo ao entrar na escola.

Inicialmente, o aluno elabora o seu texto conforme a maneira que fala, cabe à escola instrumentá-lo através da leitura dos diversos tipos de textos para que a sua expressão seja gradativamente melhorada.

No decorrer dos séculos, a escola ignorou a escrita como objeto social e a tratou como produto exclusivamente escolar, ocultando suas funções extra-escolares, precisamente aquelas que historicamente deram origem à criação das representações escritas da linguagem e que proporcionaram a sua interpretação através da leitura.

A leitura representa uma atividade de comunicação em que o leitor, utilizando-se de seus recursos linguísticos, cognitivos e culturais estabelece com o autor um processo de interação.

A leitura na escola é uma atividade essencial tanto para os alunos quanto para aos educadores, instrumentaliza o leitor para participar, discutir, criar, podendo até mudar o rumo da história.

Na concepção de Ferreiro (2001)

a leitura e a escrita tem sido tradicionalmente consideradas como objeto de uma instrução sistemática, como algo que deva ser ‘ensinado’ e cuja ‘aprendizagem’ suporia o exercício de uma série de habilidades específicas. (FERREIRO 2001, p.42)

No passado, o objetivo da leitura era decifrar códigos, atualmente este conceito foi superado e a leitura passou a ser vista como um processo de interação entre autor-texto-leitor. Concepção de leitura que consta nos

Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental (1998) diz que:

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem, etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que controla o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas. (PCEF 1998, p.69)

Analisando a definição de leitura anterior e relacionando-a com a nossa maneira de ler, observamos que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utilizamos para ler. A leitura fluente envolve uma série de outras estratégias e recursos para a construção do significado.

Para Marisa Lajolo (1982):

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista. (LAJOLO. 1982, p. 59)

Nas duas concepções de leitura, tanto do PCN (1998) como de Lajolo (1982) os valores enfatizados para o processo educacional são semelhantes. A leitura deixa de ser vista como algo mecânico e passa a exigir processos de interlocução entre leitor-autor mediada pelo texto, presume-se, então, que a interpretação e escrita começam antes da escolarização.

A escrita é um produto cultural, socialmente convencional e não, apenas, patrimônio escolar. No campo social a escrita cumpre diversas funções e tem meios concretos de existência: rótulos, placas, moda, periódicos, lista de compras, redes sociais e outros. Estas práticas sociais exercem grande influência na aquisição de conhecimentos que dão suporte para a aprendizagem da leitura e da escrita.

Ler implica ser capaz de apreender os significados inscritos no interior de um texto, inclusive, nas entrelinhas e relacioná-los com o conhecimento de mundo. Não

se pode conceber a leitura como simples decodificação do sistema linguístico, nem o exercício da leitura como a pronúncia correta das palavras e emprego devido às pausas de texto.

A leitura deve ser um ato de adentrar nos textos de forma a levar o leitor a interagir com o mundo de forma criativa, consciente e, acima de tudo, como sujeitos capazes de apropriar-se dos conhecimentos que, uma vez instrumentalizados, passam a ser seus, abrindo perspectivas para novos conhecimentos.

O ser humano tem a necessidade de estar em contato com textos, com os quais se relacionam diariamente. É através da leitura que ele se informa, opina, interage, desenvolve a criatividade, aprecia ideias e fatos, pondo-se em contato com os mais diversos povos e civilizações em diversos momentos históricos, registrando e analisando os acontecimentos da humanidade.

O contato com as diversas formas textuais é essencial para o desenvolvimento da linguagem e no processo de formação e desenvolvimento humano, pois o leva à interação com o meio e à organização do pensamento.

Para ilustrar o pressuposto anterior, Leontiev (2004) vem afirmar que:

A apropriação da linguagem constitui a condição mais importante de seu desenvolvimento mental, pois o conteúdo da experiência histórica dos homens, da sua prática sócio-histórica não se fixa apenas, é evidente, sob a forma de coisas materiais; está presente como conceito e reflexo na palavra, na linguagem. É sob esta forma que surge à criança a riqueza do saber acumulado pela humanidade: os conceitos sobre o mundo que a rodeia (LEONTIEV, 2004, p.3)

A maioria das pessoas, desde crianças, é cercada de textos em suas diversas tipologias como sinais de trânsito, anúncios, propagandas, rótulos, gestos que as levam a ler e isso constitui motivo para receber e enviar mensagens que contribuem na sua formação e na sua participação na sociedade.

Os diversos códigos recebidos ao longo da vida servem como instrumentos de conhecimento ou alienação e são responsáveis pela formação de opiniões e atitudes. Por isso, é necessário que haja discernimento para saber que fonte de leitura contribui ou não na formação do indivíduo como pessoa e como cidadão. Considerando a leitura como prática imprescindível aos homens, sem ela seria impossível haver progresso, aquisição de conhecimentos e transmissão de

informações de geração para geração. A este respeito lembra Luckesi:

“que um povo que não lê é um povo isolado: isolados das conquistas de outros povos desde o início dos tempos: isolados das raízes e de sua própria realidade histórica e cultural e, por isso mesmo impossibilita de conhecer mais profundamente o seu hoje, a razão mais profunda de seus problemas e, conseqüentemente de resolvê-los para se e para os outros.” (LUCKESI, 1984, p. 125).

É importante ressaltar que o contato com a leitura não depende só de livros, sendo possível ler também os contextos da vida e as entrelinhas dos textos. Paulo Freire (1980) foi feliz ao afirmar que “a leitura de mundo precede a da palavra”, onde ler não significa apenas decodificar palavras, mas perceber, interpretar e transformar o mundo à nossa volta.

Assim, sabem ler aqueles que, nos diversos tipos de textos, conseguem interpretar, identificar e analisar fatos do cotidiano, através do conhecimento e da experiência de vida. Conforme define Luckesi (1984):

É profundamente distorcida e discriminatória, por conseguinte, a afirmação superficial de que sabe ler apenas os que foram alfabetizados ou freqüentaram a escola nos seus mais variados níveis e graus, como é também distorcida e discriminatória a afirmação de que são ignorantes e incultos os que não aprendem a decodificação das palavras, muito embora seja na maioria das vezes, mais capazes de decodificar a realidade que os que decodificam mecanicamente a palavra. Essas afirmações manifestam toda uma manipulação política e ideológica, instrumento grandemente eficaz na manutenção do atual estado de coisas (Luckesi, 1984, p. 123)

A leitura é considerada como meio de conquista e poder, analisando um país como o Brasil que possui um número elevado de analfabetos, apenas quem tem acesso à leitura cresce socialmente.

Os mais pobres, na maioria das vezes, são dominados e permanecem alheios aos acontecimentos, ficando cada vez mais distantes do saber e da inclusão social, enquanto a classe privilegiada tem fácil acesso aos livros, ao mundo acadêmico e, conseqüentemente, ao convívio com os recursos e bens.

Atualmente, a competitividade está cada vez mais acirrada e por essa razão cresce a necessidade de conhecer e aprender mais, onde a leitura ainda constitui o mais decisivo meio de aquisição do conhecimento, buscando ajudar o jovem a situar-se criticamente diante da realidade e à reflexão na tomada de decisão.

Todavia, a leitura quando feita de forma artificial pouco contribui para a formação de um cidadão consciente. Nesse contexto, Silva afirma que a

Reflexão significa a apropriação do nosso destino de existir, através da crítica aplicada ao conteúdo nas obras. Tomada de posição significa o confronto dos significados desvelados com a realidade vivida na sociedade e a participação na busca da verdade. Por isso mesmo a leitura deve ser colocada como um instrumento de participação e renovação sócio-cultural (Silva, 1997, p. 153)

Nota-se então, relendo Paulo Freire (1980), que o ato de ler é um meio de ação para conscientizar e libertar o ser humano em busca da realização pessoal e também constitui uma condição indispensável para o exercício da cidadania.

Pode-se, então, afirmar que a leitura é um espaço de liberdade e imaginação: é o lugar da aventura e, portanto, não deve ser feita como uma obrigação. É importante frisar que a prática da leitura patrocinada pela escola precisa ocorrer num espaço de maior liberdade possível. Ela só se torna livre quando se respeita, ao menos em momentos iniciais do aprendizado, o prazer ou a aversão de cada aluno em relação ao texto.

Na escola são aplicadas diversas atividades com o intuito de ajudar na prática de leitura: interpretação de atividades, ampliação do vocabulário, fixação da norma culta da linguagem, incentivo de redações e leitura de romances.

Lajolo (1988) coloca que tudo isso não passa de pretexto, pois o texto não nasceu para ser dissecado, mas para fornecer o prazer, ele representa uma plurissignificação que precisa ser estudada numa relação de vivência em que o autor assume uma atitude de sujeito.

Nota-se que dentre as várias funções da escola, uma se destaca como essencial na prática educativa: que é a formação de leitores conscientes de seu papel na sociedade. Portanto, a sala de aula constitui, hoje, um espaço privilegiado onde os alunos têm a oportunidade de exercer a sua identidade de leitor, o que implica na promoção do crescimento como ser crítico e capaz de ler o mundo nos seus variados contextos e nesse processo de interação, também fazer suas próprias interferências.

A leitura sempre permitiu ao leitor uma visão ampla do mundo que o cerca e também de outros mundos aos quais só tem acesso por meio dos livros. A leitura que visa estimular o cognitivo, no entanto, não é suficiente para satisfazer todos os

anseios do indivíduo, sendo necessário também considerar os aspectos emocionais que movem os leitores a buscar nos livros a realização de seus desejos mais íntimos.

Percebe-se, portanto, o quanto é complexo o processo de ensino da leitura e exige de todos os envolvidos, principalmente o professor de linguagens um engajamento constante no universo multifacetado da leitura que o proporcione competência pedagógica, apropriação de saberes, visão crítica de mundo e atualização constante, pois como afirma KLEIMAN,

[...] Ensinar a ler com compreensão não implica uma leitura única, a do professor ou do especialista, como a leitura do texto. Ensinar a ler é criar uma atitude de expectativa previa com relação ao conteúdo referencial do texto, isto é, mostrar a criança que quanto mais ela prefere conteúdo maior será sua compreensão [...] Ensinar a utilização de múltiplas fontes de conhecimento linguísticos, discursivas, enciclopédias para resolver falhas momentâneas no processo (KLEIMAN, 2001, p. 151-152)

A leitura deve ser entendida como um processo de ligação leitor/texto/autor. O leitor deixa de ser passivo e passa a ser um agente que busca significações, enquanto o professor fornece ao aluno possibilidades de acesso a diversos tipos de livros, desencadeando assim vários tipos de leitura, propiciando ao aluno ler sem a mediação do professor gêneros literários, autores ou temas de seu interesse.

Pelo uso frequente da leitura e escrita, as pessoas transformam sua forma de viver, suas relações, seus conceitos sobre a diversidade cultural e tornam-se pessoas críticas e autônomas. Para enfatizar, Leffa (1999) vem dizer que:

No processo da leitura, por exemplo, esses elementos podem ser o leitor e o texto, o leitor e o autor, as fontes de conhecimentos envolvidas na leitura, existentes na mente do leitor, como conhecimento de mundo e conhecimento linguístico, ou ainda, o leitor e os outros leitores. No momento em que cada um desses elementos se relaciona com o outro, no processo de interação, ele se modifica em função desse outro. Em resumo, podemos dizer que, quando lemos um livro, provocamos uma mudança em nós mesmos, e que essa mudança, por sua vez, provoca uma mudança no mundo (LEFFA, 1999, p. 14-15)

Dessa forma, entende-se que o processo interativo de leitura exige a ativação de conhecimento prévio do leitor e que esse entre em consonância com o que está dito no texto. Inclusive, vale salientar que, há estudos comprovando que alunos

provenientes de famílias com melhor grau de escolaridade e que possuem acesso aos mais variados tipos de leitura apresentam maior facilidade na construção da oralidade e melhor desenvolvimento da escrita.

Os alunos adquirem inicialmente a fala e quando ingressam à escola são orientados pelo professor para domínio normativo da linguagem oral através de atividades que proporcionam ao aluno expressar-se oralmente com desenvoltura.

Essa interação passa a influenciar na construção da escrita, entretanto, este será um momento delicado quando o contato com o língua normativa pode causar constrangimento quanto ao uso da língua materna e levar, mesmo involuntariamente, à discriminação do aluno, o que pode levar ao fracasso escolar.

O “progresso” no ensino de língua materna. Geralmente no começo de sua vida estudantil, a criança é levada a lidar com a língua a ler a contar historias oralmente ou por escrito. Mas lá adiante a medida que as folhas se enchem de correções do professor e ela é censurada na sua linguagem, submetidas a normas puristas, a observância da gramática a criança perde a espontaneidade e parte importante de sua personalidade se encolhe fica tolida murcha (LUFT, 2005, p. 21)

Os alunos considerados bem sucedidos na leitura são aqueles que atendem as exigências dos padrões escolares, enquanto os mal sucedidos são tratados como grupo inferior, tendo a aprendizagem ignorada. Em alguns casos, encaminhados para aulas de reforço, visando o alcance do padrão escolar e a grande maioria destes ou são reprovados ou promovidos por conselho de classe sem as competências necessárias para acompanhar e superar a etapa seguinte.

Contudo, é sabido que uma boa alfabetização constitui um fator essencial para o desenvolvimento e rendimento escolar da criança. Percebe-se também que alunos que tem acesso à leitura de livros e contato com sons e letras proporcionadas pelos pais, apresentam maior habilidade nas atividades orais e escritas. Os alunos provenientes de contextos familiares onde tem a sua disposição usuários sistemáticos da escrita e da leitura tem maiores possibilidades de passar pela evolução da escrita e do domínio da leitura.

Dessa maneira, é preciso investir desde os primeiros anos escolares na ampliação de recursos que melhorem a expressão oral e escrita do aluno, acrescentando-lhe o domínio da variedade culta da língua com o objetivo de

contribuir para o aperfeiçoamento do instrumento comunicativo na sociedade.

A leitura tem importância fundamental na vida das pessoas. A necessidade de muita leitura está posto entre todos, haja vista que propicia a obtenção de informações em relação a qualquer contexto e área do conhecimento, assim como pode constituir-se em fonte de entretenimento. Para uns, atividade prazerosa, para outros, um desafio a conquistar. É importante compreender que a técnica da leitura garante um estudo eficiente quando aplicada qualitativamente.

Etimologicamente, ler deriva do latim “lego/legere” que significa recolher, apanhar, escolher, captar com os olhos. Nesta reflexão, enfatiza-se a leitura da palavra escrita, no entanto, entende-se, como diz Luckesi (2003, p. 119) que “[...] a leitura, para atender o seu pleno sentido e significado, deve, intencionalmente, referir-se à realidade. Caso contrário, ela será um processo mecânico de decodificação de símbolos”. Logo, todo o ser humano é capaz de ler e lê efetivamente. Destarte, tanto lê o conhecedor dos signos lingüísticos/gramaticais, quanto o camponês, “não letrado”, que, observando a natureza prevê o sol ou a chuva.

É mister, primeiramente, frisar que a leitura é fundamental, pois “[...] amplia e integra conhecimentos [...], abrindo cada vez mais os horizontes do saber, enriquecendo o vocabulário e a facilidade de comunicação, disciplinando a mente e alargando a consciência [...]” (Ruiz, 2002, p. 35).

Investigações atestam que o sucesso nas carreiras e atividades na atualidade relacionam-se estreitamente com a hábito da leitura proveitosa, pois além de aprofundar estudos, possibilita a aquisição dos conhecimentos produzidos e sistematizados historicamente pela humanidade.

O objetivo maior ao proceder à leitura de uma determinada obra consiste em “[...] aprender, entender e reter o que está lendo.” (Magro, 1979, p. 09). Por conseguinte, a leitura é uma prática que requer aprendizagem para tal e uma atividade ainda pouco desenvolvida. Neste particular, Salomon (2004, p. 54) enfatiza que “a leitura não é simplesmente o ato de ler. É uma questão de hábito ou aprendizagem [...]”. Além do incentivo e à promoção de espaços permanentes de leitura é preciso criar o prazer para este ofício.

O deleite advindo da leitura não se conquista rápido ou espontaneamente. Requer opção, atitudes coerentes e pertinentes ao objetivo proposto. Dmitruk (2001, p. 41) afirma, convictamente, que “[...] não importa tanto o quanto se lê, mas como se lê. A leitura requer atenção, intenção, reflexão, espírito crítico, análise e síntese; o que possibilita desenvolver a capacidade de pensar.” Indubitavelmente, é preciso saber ler, ler muito e ler bem.

Considerando apropriações de estudos realizados com o intuito em aperfeiçoar o hábito de leitura coloca-se, a seguir, alguns aspectos e/ou habilidades pertinentes à perspectiva metodológica do trabalho com a leitura:

- 1º - Ler com objetivo determinado, isto é ter uma finalidade. Saber porque se está lendo;
- 2º - Ler unidades de pensamento e não palavras por palavras. Relacionar idéias;
- 3º - Ajustar a velocidade (ritmo) da leitura ao assunto, tema e/ou texto que está lendo;
- 4º - Avaliar o que se está lendo, perguntando pelo sentido, identificando a ideia central e seus fundamentos;
- 5º - Aprimorar o vocabulário esclarecendo termos e palavras “novas”. O dicionário é um recurso significativo. No entanto, palavras-chave, analisadas no contexto do próprio assunto em que são usadas, facilita a compreensão;
- 6º - Adotar habilidades para conhecer o livro, isto é, indagar pelo que trata determinada obra;
- 7º - Saber quando é conveniente ou não interromper uma leitura, bem como quando retomá-la;
- 8º - Discutir com colegas o que lê, centrando-se no valor objetivo do texto, visto que “o diálogo é a condição necessária para a indagação, para a intercomunicação, para a troca de saberes [...]” (ECCO, 2004, p. 80).
- 9º - Adquirir livros que são fundamentais (clássicos), zelando por uma biblioteca particular, assim como, freqüentar espaços e ambientes que contenham acervo literário, por exemplo, bibliotecas;
- 10º - Ler assuntos vários. Não estar condicionado a ler sempre a mesma espécie de assunto;
- 11º - Ler muito e sempre que possível;

12º - Considerar a leitura como uma atividade de vida, não desenvolvendo resistências ao hábito de ler.

As orientações supracitadas terão efeitos promissores, se observadas efetivamente na prática, do contrário não passam de mero palavreado. A leitura eficiente, depende de método. No entanto, o método está na dependência de quem o aplica. Não bastam somente boas intenções. São necessárias ações congruentes aos objetivos almejados.

É fundamental compreender que na formação de cada cidadão bem como de um povo, a leitura é de máxima importância, representando um papel essencial, pois revela-se como uma das vias no processo de construção do conhecimento, como fonte de informação, formação cultural e entretenimento. Além do que, o ato de ler é uma ótima terapia ocupacional e benéfica à saúde mental.

O ato de ler é um exercício de indagação, de reflexão crítica, de entendimento, de captação de símbolos e sinais, de mensagens, de conteúdo, de informações... É um exercício de intercâmbio, uma vez que possibilita relações intelectuais e potencializa outras. Permite-se a formação dos próprios conceitos, explicações e entendimentos sobre realidades, elementos e/ou fenômenos com os quais todos se defrontam.

A leitura não é uma prática homogênea. Ao contrário, é diversa e está relacionada, entre outras coisas, ao tipo de texto com o qual o leitor se depara. O ponto de partida é a implementação de projetos, na escola, para a formação de leitores, já que é na sala de aula que os textos circulam especificamente como objeto de aprendizagem. É preciso ampliar o estímulo à leitura, e isso, é papel prioritário do educador.

Não basta fazer circular os textos em suas diversidades é preciso também aparelhar os alunos para sua receptividade. É preciso apontar a eles as diferentes estratégias de composição textual: informativos, opinativos, didáticos, literários, entre outros. Importa discutir a validade de tais textos, classificando-os e analisando-os conforme o contexto de sua produção, circulação e consumo. Não se pode ler um poema como se lê uma crônica ou uma notícia de jornal, embora esses textos possam estar em constante interação.

Assim, a leitura é entendida como um ato social, entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados.

Esta reflexão nos mostra que um texto não tem significado exclusivamente por si. O seu sentido é construído na interação entre produtor e leitor. Para compreender um texto, portanto, o leitor precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação. No momento em que compreende-se o texto, está atribuindo-lhe significado através de uma reconstrução do mesmo, conforme o repertório de leitura as experiências e saberes.

É evidente que a leitura é um processo de interação entre o texto e o leitor, um processo ativo que não se esgota meramente no sentido literal. Nesse aspecto, a leitura passa a ser entendida como um ato social entre leitor e autor que participam de um processo interativo.

Conforme Matencio (1994),

“podemos perceber que a construção de sentidos, seja pela fala, leitura ou escrita, está diretamente relacionada às atividades discursivas e às práticas sociais às quais os sujeitos tem acesso ao longo de seu processo de socialização.(MATENCIO, 1994, p 17)

Daqui, pode-se deduzir a grande complexidade no papel educativo no campo do letramento dos alunos. Dado ao grande e emaranhado repertório de diversidades sociolinguísticas que cada um deles traz e que por uma ação um tanto preconceituosa por parte do que se universaliza como língua normativa acaba trazendo um bloqueio nas práticas textuais da sala de aula.

Infelizmente, a premissa de que os alunos não avançam porque não possuem base de formação linguística é uma realidade que persiste entre professores.

Na verdade, tal argumento não passa de mera camuflagem para o despreparo e comodismo de educadores, os quais ainda não entenderam, ou não aceitaram, que a construção de sentidos e as práticas discursivas de leitura e escrita são fenômenos sociais e como tais ultrapassam os limites da escola e a mediocridade dos que não acreditam na capacidade criadora de cada indivíduo.

Por outro lado, percebe-se que a leitura e a escrita são atividades dialógicas e que a imagem mútua dos interlocutores é um elemento cultural para os processos que se realizam na interlocução, conforme mostra Matencio in Kleimam (1993)

O processo de letramento é construído pelo impacto e função da escrita com a vivência do aluno. Portanto, “a leitura e a escrita realizada pelos alunos é orientada não apenas pelo processo de escolarização, mas também, pela experiência prévia e/ou exterior à escola”. Este ponto de vista, que demanda uma mudança de postura e muito trabalho, pode vir a reduzir alguns dos conflitos entre professores e alunos, entre a demanda social e a demanda escolar: ao menos porque a diferença não será vista como deficiência”. (MATENCIO 1993, p.3).

Assim, o que se busca é a necessidade da escola compreender que a variabilidade na escrita e na fala dos alunos, mesmo distantes das almeçadas pela escola, diz respeito tanto às suas condições de produção, recepção e circulação quanto à compreensão dessas condições pelos sujeitos.

Essa é, também, uma forma de considerar aquilo que o aluno já sabe, em função de sua experiência prévia, como conhecimento relevante. Portanto, é urgente que se abram caminhos para um trabalho em que se alterem efetivamente as imagens que existem acerca do que está inserido no mundo da escrita, o que dará margem a ações mais pontuais em relação a uma série de outros desafios que devemos superar para atingir o desempenho textual almejado por nossas escolas e capazes de inserir nossos alunos no mundo do letramento e da autonomia crítica de cidadãos conscientes.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada numa escola pública na cidade de Tanque Novo, interior da Bahia. A escola oferece o Ensino Médio na modalidade normal e EJA, funcionando nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Objetivando analisar se a escola não estaria cometendo constrangimento e preconceito ao tentar desenvolver nos alunos as habilidades orais e escritas buscando os padrões da norma culta da língua?

Uma vez que a norma padrão é tratada como a única variedade correta e a única a ser seguida pelo currículo, desprezando-se as demais variedades. Para nortear esta indagação sobre o preconceito linguístico, busca-se apoio em Bagno para demonstrar que

O preconceito linguístico se baseia na crença de que existe [...] uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerado, sob a ótica do preconceito linguístico, "errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente. (Bagno, 2007, p.40)

Uma vez definido o tema norteador deste trabalho, surgiu a reflexão acerca da linha de pesquisa para realizar a investigação. Então, considerando a subjetividade do tema proposto e diante da necessidade de análise de questões pontuais referentes à amostra da pesquisa, definiu-se pela pesquisa Quali-Quanti.

Tendo em vista, que entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa não há extrema contraposição e uma não substitui a outra, antes, se complementam. Assim, ambas são úteis na condução da investigação científica que visa esclarecer e buscar soluções para a problemática abordada neste trabalho.

No primeiro momento do trabalho aplica-se o caráter exploratório da pesquisa qualitativa para estimular os entrevistados a pensar e falar livremente sobre o aprendizado da língua normativa e as práticas linguísticas do cotidiano. Para fazer emergir nos sujeitos da pesquisa aspectos subjetivos que atingem motivações não explícitas de forma espontânea e os levem à livre expressão.

No segundo momento explora-se a pesquisa quantitativa para apurar opiniões

e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados utilizando instrumento padronizado, ou seja, um questionário com 11 questões buscando respostas que afirmem ou neguem os objetivos da pesquisa, testando as hipóteses na busca da análise dos índices e projeções sobre o problema: se é possível promover o ensino normativo da língua sem causar constrangimento e preconceito ao aluno do Ensino Médio.

Para essa pesquisa foi selecionado como público alvo, 34 alunos do 1º ano, do turno vespertino no Ensino Médio da rede pública estadual, no ano letivo de 2018. O campo de pesquisa escolhido é o Colégio Estadual de Tanque Novo, localizado no município de Tanque Novo, estado da Bahia/Barsil. Esta é uma escola de grande porte e atende a um universo de 757 alunos oriundos de todo perímetro urbano da cidade e de diversas localidades do município. Um vasto e rico espaço para uma pesquisa, diante da grande variedade linguística e a diversidade cultural dos seus alunos. Esta Instituição atende a alunos do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - Tempo Formativo III.

Colégio Estadual de Tanque Novo missão: assegurar um ensino de qualidade para a formação de cidadãos autônomos, críticos, abertos à diversidade e tolerância, solidários e com consciência ambiental, através do desenvolvimento dos aspectos cognitivo, social, emocional e afetivo dos alunos. Sua visão de futuro é garantir excelência na formação acadêmica e humana de seus alunos.

O objetivo maior do Colégio Estadual de Tanque Novo é promover a formação integral do educando bem como o exercício consciente da cidadania, o desenvolvimento das aptidões e potencialidades, valorizando os princípios culturais através da transmissão, produção e descoberta de conhecimentos sistematizados historicamente pela humanidade e pela investigação científica, utilizando condições metodológicas inovadoras.

É a única Instituição de Ensino Médio no município, por isso, atende a uma clientela diversificada, heterogênea o que exige procedimentos pedagógicos diferenciados, principalmente, no turno noturno, pelo fato de atender a uma demanda discente com alta defasagem idade/série e que trabalham durante o dia, além do que, boa parte destes alunos é composta por pais e mães de família. Por outro lado, embora, conta-se com um quadro de professores qualificados, ainda

enfrenta sérias dificuldades para atender ao alunado, inclusive, não etm, sequer, acompanhamento de um coordenador pedagógico.

Dentre os problemas encontrados nessa instituição de ensino, destacam-se o alto índice de evasão, nas turmas de EJA e 1ª série nos turnos vespertino e noturno, a defasagem idade/série, a falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos, alunos do noturno que trabalham durante todo o dia e atribuem a esse fato a dificuldade de apreensão dos conteúdos e baixa frequência nas aulas. O que implica baixo nível de aprendizagem, principalmente, nas turmas de 1º. ano do Ensino Médio e eleva índice de evasão escolar.

Muitas medidas e projetos têm sido desenvolvidos na tentativa da permanência dos alunos nesta Unidade Escolar. Todavia, o problema persiste no ano seguinte com a chegada de novos alunos que ingressam na escola com um nível de aprendizagem abaixo do esperado, ou seja, com muita dificuldade na leitura, interpretação, produção de textos e cálculos.

Durante esses últimos anos, a escola desenvolveu projetos de ação no sentido de poder viabilizar o processo de ensino-aprendizagem, e na tentativa de amenizar os referidos problemas. Com isso, busca-se uma atuação mais significativa entre os professores, incluindo os demais integrantes da comunidade escolar rumo um ensino significativo e de qualidade.

É preciso ressaltar que as questões abordadas é uma grande preocupação de toda comunidade escolar que também está consciente de que o Projeto Político-Pedagógico não constitui, apenas, uma mera exigência normativa. É, antes de tudo, um instrumento ideológico, político, que visa, sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar.

O projeto político-pedagógico mostra a visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas. Portanto, o projeto político-pedagógico faz parte do planejamento e da gestão escolar.

A questão principal do planejamento é então, expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação na busca de resolver os problemas encontrados e

promover a aprendizagem dos alunos na busca da construção do conhecimento e cidadania. Assim sendo, compete ao projeto político-pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão.

A articulação entre o projeto político-pedagógico, o acompanhamento das ações, a avaliação e utilização dos resultados, com a participação e envolvimento das pessoas, o coletivo da escola, tem levado os indicadores da escola a um nível, razoavelmente, eficiente e eficaz.

Dada ao notório percentual de alunos concluintes que entram direto para a universidade através do resultado obtido no ENEM, ao número de medalhas alcançados nas Olimpíadas de Física e Matemática, inclusive, medalhas de prata e ouro a nível nacional. Além de ter alcançado o terceiro lugar, a nível de Bahia, nos indicadores do IDEB 2017.

Para sujeito da pesquisa foram escolhidos alunos do período vespertino, por serem alunos advindos em sua maioria das comunidades rurais e que possuem uma maior diversidade cultural.

Como procedimento metodológico foi realizada uma pesquisa de coleta de dados, utilizando como instrumentos um questionário escrito e a observação não participante durante as aulas de Língua Portuguesa e nas reuniões pedagógicas da área de linguagens, levantando dados sobre a utilização da linguagem falada e escrita na sala de aula e sobre os procedimentos metodológicos aplicados pelo professor regente para o ensino da Língua.

Na pesquisa, aplicou-se um questionário com perguntas fechadas, junto aos alunos e houve acompanhamento com observação e registro ao trabalho com oficina de leitura, produção textual e expressão oral.

Buscou-se verificar se os alunos, ou parte deles, consideram sua forma de falar como incorreta, se há alunos que corrigem a forma de falar do colega e se há alunos que não leem ou ficam isolados, com dificuldades de se expressarem.

Procurou-se, também, analisar a capacidade de leitura e interpretação destes alunos, suas dificuldades no estudo da língua e se há indícios de constrangimento e preconceito com relação à maneira como estes alunos se expressam, tanto na oralidade quanto na escrita.

Diante do que foi postulado, espera-se: que as informações expostas no resultado deste trabalho possam contribuir para a melhoria no tratamento dado ao ensino da língua, estimulando projetos dentro da escola com objetivos vitais, culturais, sociais e político-educacionais para que haja clareza no desenvolvimento das atividades com a linguagem, possibilitando a formação do cidadão e diminuindo a exclusão causada pela postura pedagógica clássica.

4. ANALISE DE DADOS

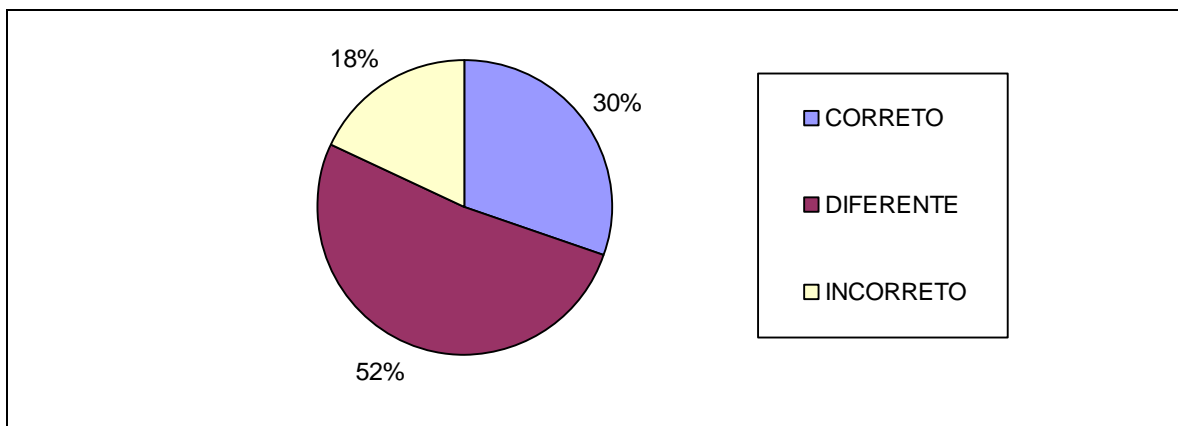
Os dados apresentados nesta pesquisa foram extraídos da análise e interpretação das respostas dos alunos contidas nos questionários aplicados por eles respondidos.

Escolheu-se esta metodologia pelo fato de ser a mais adequada na proposta de trabalho e que melhor aproxima da precisão dos resultados com a realidade pesquisada, principalmente, por proporcionar a utilização do método de análise de conteúdo para efetuar a análise dos dados coletados.

Neste caso, trata-se de um levantamento objetivo para averiguar e analisar se a escola não estaria cometendo constrangimento e preconceito ao tentar desenvolver nos alunos as habilidades orais e escritas baseando nos padrões da norma culta da língua.

GRÁFICO 1

Percepção dos alunos sobre a forma de falar dos colegas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN.

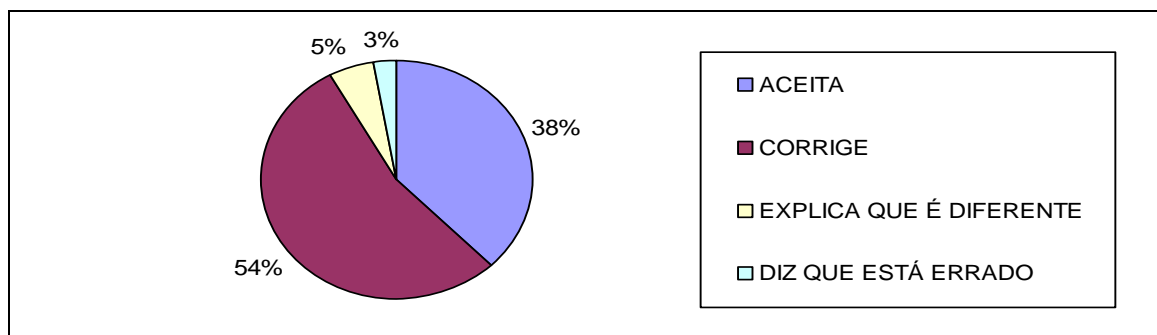
Os dados do gráfico 1 apontam que a maior parte dos alunos, 52%, considera a forma de falar dos colegas diferente e a minoria, 18%, vê a forma de falar dos colegas como incorreta. Confirmando o que Bagno (2002) diz que ninguém comete erro ao falar sua própria língua materna. Nesse sentido, entende-se que o importante na oralidade é fazer-se entender pelo outro. O falar certo ou errado tem

como referência a língua padrão e não a compreensão mútua entre os interlocutores. Segundo Marcuschi (1997), a oralidade é colocada como um problema de adequação a diferentes situações comunicativas, por isso, a oralidade não pode ser vista isoladamente. Contudo, para Bright (1966) o dialeto culto é eleito pela própria comunidade como o de maior prestígio, refletindo um índice de cultura a que todos pretendem chegar, de certa forma “aprender a língua” significa aprender o dialeto culto.

Segundo Luft (1985), seria bom que a ciência da linguagem alertasse que não haveria língua escrita se primeiro não houvesse a língua falada. A escola deveria cuidar primeiramente da fala dos alunos, único meio de comunicação que a imensa maioria deles terá pela vida toda. Essa preocupação com o ensino da norma culta da língua irá impactar os hábitos linguísticos dos alunos. Tal impacto não traria constrangimento aos alunos? Não geraria situações de preconceito? É o que busca esclarecer a presente pesquisa.

GRÁFICO 2

Tratamento dado pelo professor à fala dos alunos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN

O gráfico 2 aborda o tratamento dado pelos professores à forma de falar dos alunos e mostra que entre os 34 sujeitos da pesquisa, apenas 3% deles afirmaram que os professores já trataram a forma de falar dos seus alunos como errada e 5% explicaram ser diferente. Todavia, 54% deles afirmaram que os professores os corrigem quanto à forma de falar, enquanto que 38% dos sujeitos pesquisados afirmaram que os professores apenas aceitam sem interferência.

De acordo com Ramos (2002), uma pessoa analfabeta e usuária do dialeto não-padrão no estilo coloquial. Ao ser alfabetizado, deverá num só passo redigir textos no dialeto padrão e ainda em estilo formal. Para essa pessoa, portanto, aprender a escrita significa dominar, ao mesmo tempo, outro dialeto, outro estilo e ainda outra modalidade. Sem dúvida, o passo que terá de dar será bem maior do que aquele a ser dado por alguém que já domina o dialeto padrão.

Considerando esta afirmativa de Ramos na análise dos dados do gráfico, surge uma indagação acerca da contribuição da postura do professor para o equilíbrio no ensino da língua, primeiro porque quando quase a metade dos entrevistados afirma que os professores aceitam passivamente as particularidades na fala dos alunos e, apenas, 5% afirma que o professor explica as diferenças.

Diante de tal constatação entende-se que, embora não haja espaço para preconceito ou constrangimento no ensino da língua na escola pesquisada, haverá dificuldades para alcançar os objetivos pedagógicos de aprendizagem, pois aprender significa evoluir e não há evolução sem interferência na realidade.

Por outro lado, 54% dos entrevistados afirmaram que os professores faz correções nas falas dos alunos, o que não significa intervenção no sentido comparativo entre as diversidades linguística e nem orientação para a apropriação da norma culta. Supõe-se que esta situação seria uma das causas da deficiência na aprendizagem e no uso da norma culta da língua.

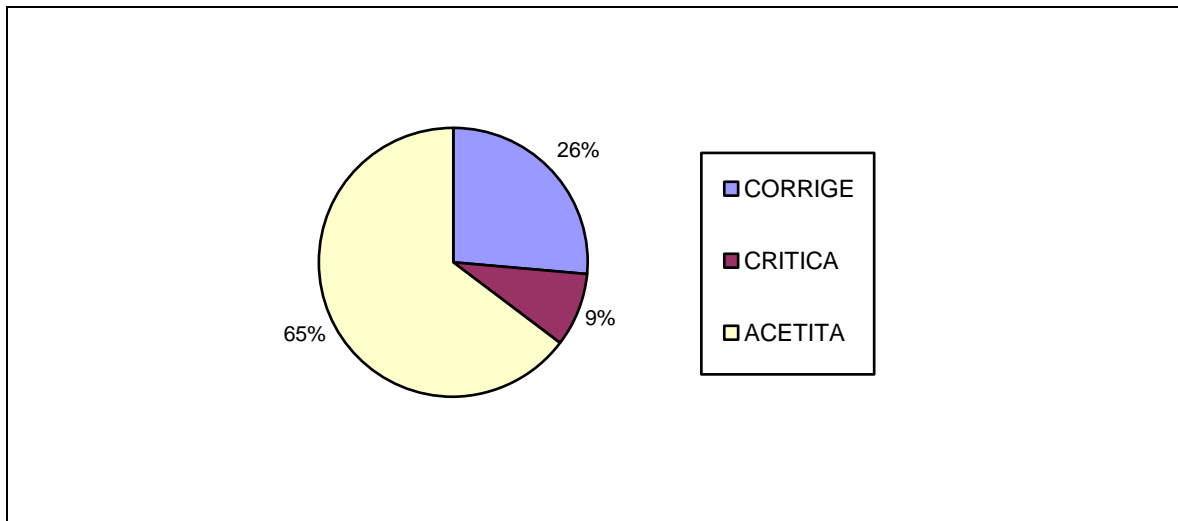
Esvazia-se, então, o pré-conceito mencionado nas reuniões pedagógicas de que o aluno chaga ao Ensino Médio sem base, sem o domínio dos “requisitos básicos” para as “novas aprendizagens”.

Seria necessário, de acordo com Britto (2003), entender que a linguística materna já demonstrou que não há língua melhores ou piores, nem variedade linguística que não tenha gramática articulada e consistente.

Para Bakhtin (1992), isso ocorre de uma forma não preconceituosa e seletiva, mas é preciso que a postura do professor de língua em relação à fala de seus alunos seja repensada e novas ações planejadas.

GRÁFICO 3

Tratamento dado pelos alunos à fala dos colegas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN

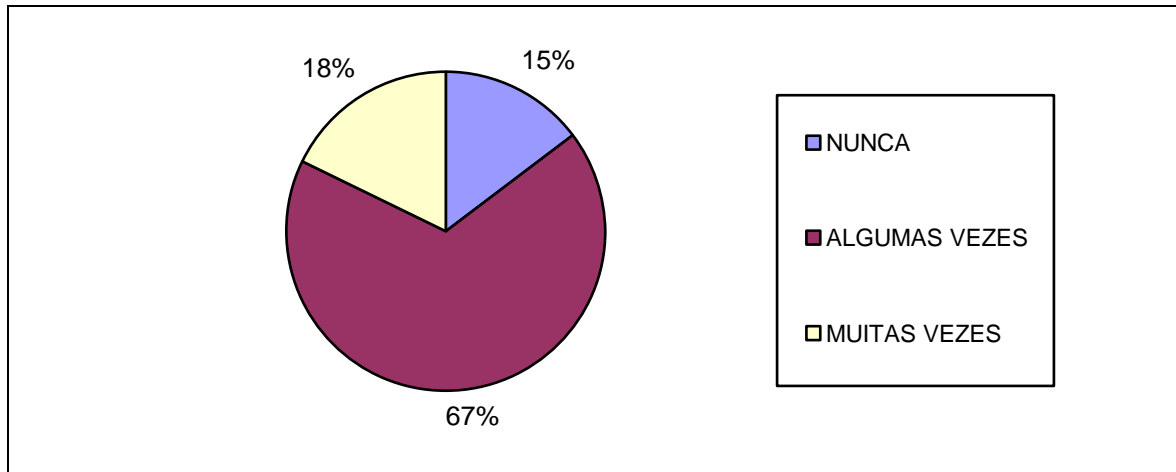
Diante dos resultados verificou-se que a maioria dos alunos aceita a forma de falar dos colegas, 26% corrigem e apenas 9% criticam. Os dados apontam para uma relação respeitosa entre os falantes o que diminui o espaço para o preconceito. Conforme explica, Yunes (2002), que a fala e a escrita se relacionam em qualquer situação, seja qual for o papel do falante do discurso.

Deve-se levar em consideração o conhecimento compartilhado entre ele e o interlocutor, respeitar, discordar, falar sobre fatos, estado e eventos compreensíveis, utilizar e compartilhar informações.

Cabe à escola direcionar seu plano de ação buscando a plena harmonia linguística entre seus alunos. Segundo Lulft (1985) a função da escola é aumentar a “capacidade comunicativa” dos alunos e afirma que a “escola deveria cuidar primeiramente da fala dos alunos, único meio de comunicação que a imensa maioria deles terá pela vida toda”.

GRÁFICO 4

Situação de preconceito presenciado vivenciada pelo aluno durante sua vida escolar



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN

O gráfico 4 que investiga se durante os seus anos de estudo o aluno já tenha presenciado algum tipo de preconceito na sala de aula vem demonstrar que a maioria absoluta dos alunos pesquisados, exatamente 67%, já presenciaram situações de preconceito em sala de aula, apenas uma minoria de 15% afirmam nunca ter presenciado situação de preconceito na escola.

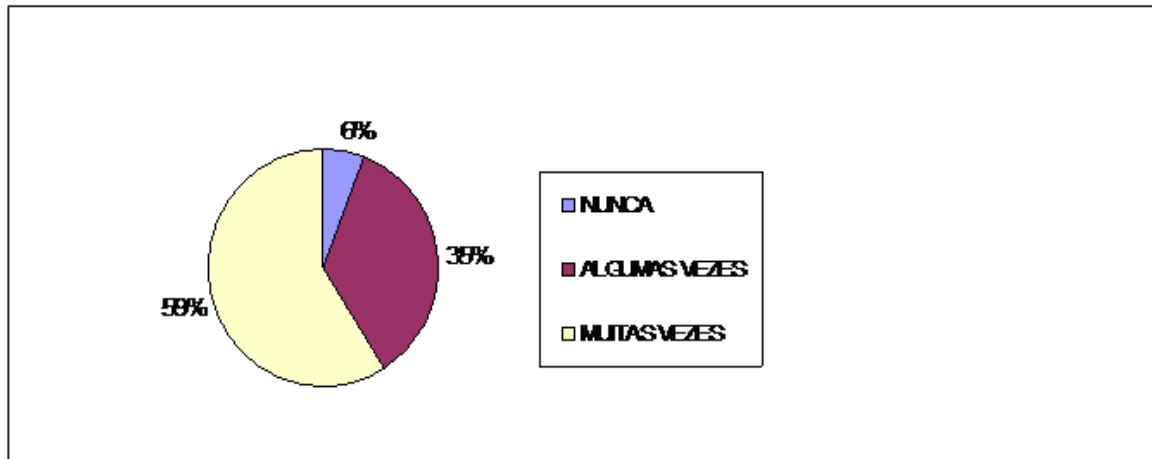
Tal constatação só vem confirmar aquilo de no dia a dia se percebe nas diversas situações sociais e nos mais variados ambientes, como Bagno tem afirmado em seus estudos:

o preconceito linguístico é alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos. (BAGNO, 2007, p.13)

É uma realidade muito cruel dentro dos parâmetros de igualdade social pregados pelo sistema atual e exigidos pela Constituição da República que precisa ser identificada, quantificada e combatida.

GRÁFICO 5

Incidência de preconceito sofrido pelo aluno durante sua vida escolar



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN

Na leitura do gráfico 5 verificou-se que apenas 6% dos sujeitos afirmaram que nunca sofreram preconceito em suas vidas, enquanto que 35% afirmaram que sofreram preconceitos algumas vezes e 59% deles disseram que muitas vezes sofreram preconceitos.

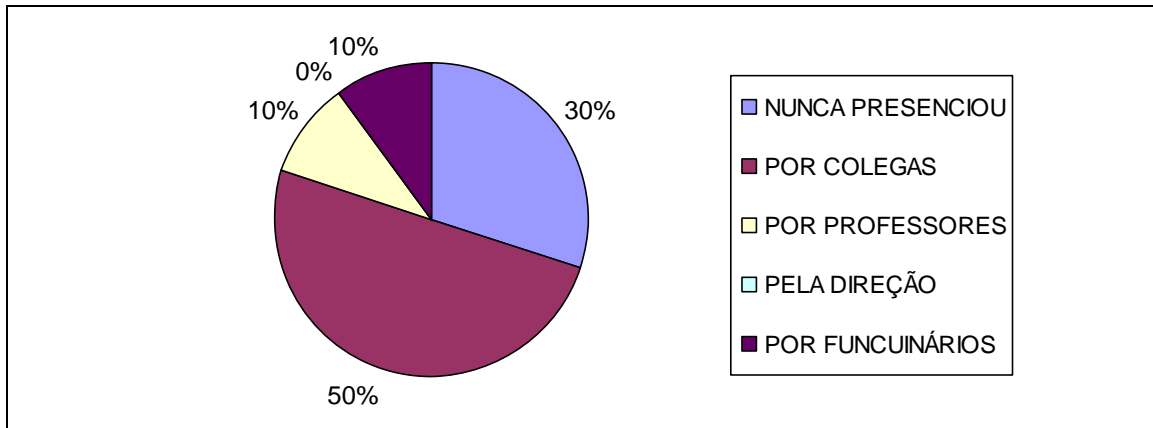
Esta, lamentável, constatação mostra que o preconceito está longe de ser abolido no Brasil e que pouco se tem respeitado a Constituição Federal no que rege, de forma categórica, condenando o racismo e a desigualdade.

(...) assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social(...).
(BRASIL, 1988, p. 1)

Segundo Bagno, na obra *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* (2007), o preconceito linguístico deriva da construção de um padrão imposto por uma elite econômica e intelectual que considera como “erro” e, conseqüentemente, reprovável tudo que se diferencie desse modelo. Fato com conseqüências graves, pois os membros das classes mais pobres, devido ao acesso limitado à educação e cultura, ficam excluídos principalmente dos melhores postos no mercado de trabalho.

GRÁFICO 6

Situações de preconceito quanto à forma de falar presenciadas pelos alunos na escola e quem as praticou.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN

Neste gráfico fica explícito que o preconceito está diluído de forma sutil em nossa sociedade, a exemplo do que apresentam as telenovelas, como vem demonstrar Bagno:

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano lingüístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum no Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão (BAGNO, 2007, p. 42-43).

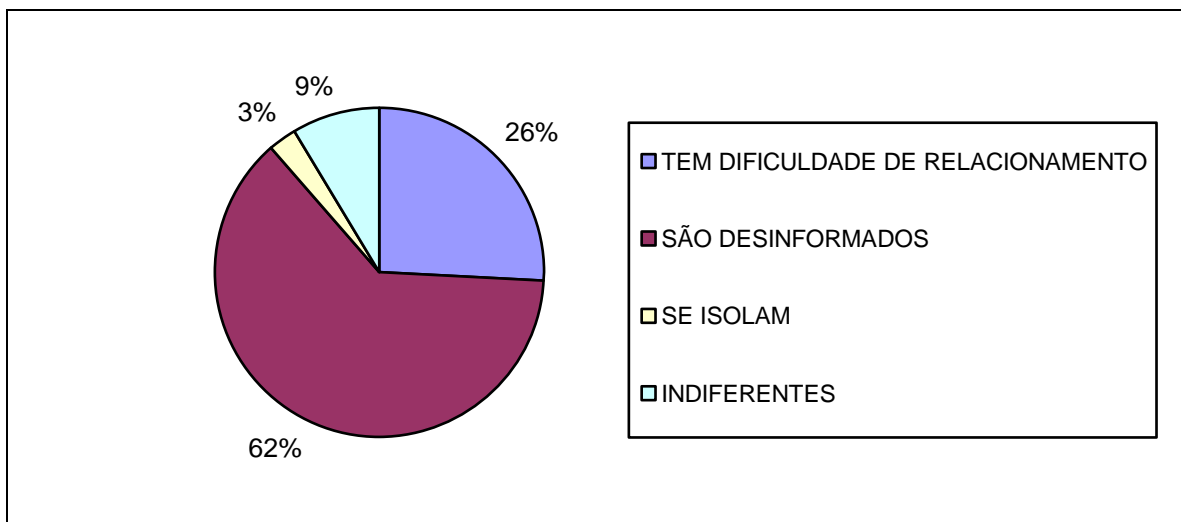
Tal realidade está explicitada no gráfico ao registrar que a maioria dos alunos que sofreram preconceito foi por parte dos colegas.

O que demonstra a falta de conscientização e maturidade por parte dos alunos. Ainda assim, temos 10% de casos de preconceito por parte de professores. Tal constatação é preocupante, porque esta atitude preconceituosa está partindo daqueles que tem, em mãos, a responsabilidade de educar para o combate do preconceito e discriminação.

Diante do exposto, faz-se necessário uma nova formação crítica para os educadores através de cursos preparatórios e da formação continuada. Buscando implantar uma nova conduta entre os professores e alunos no dia-a-dia da sala de aula, no sentido de desmistificar muitos conceitos errôneos e mal concebidos sobre a igualdade de direitos, sobre a discriminação e para implantar o sentimento de respeito mútuo e a garantia à liberdade e igualdade.

GRÁFICO 7

Visão do aluno sobre o que acontece com as pessoas que não leem



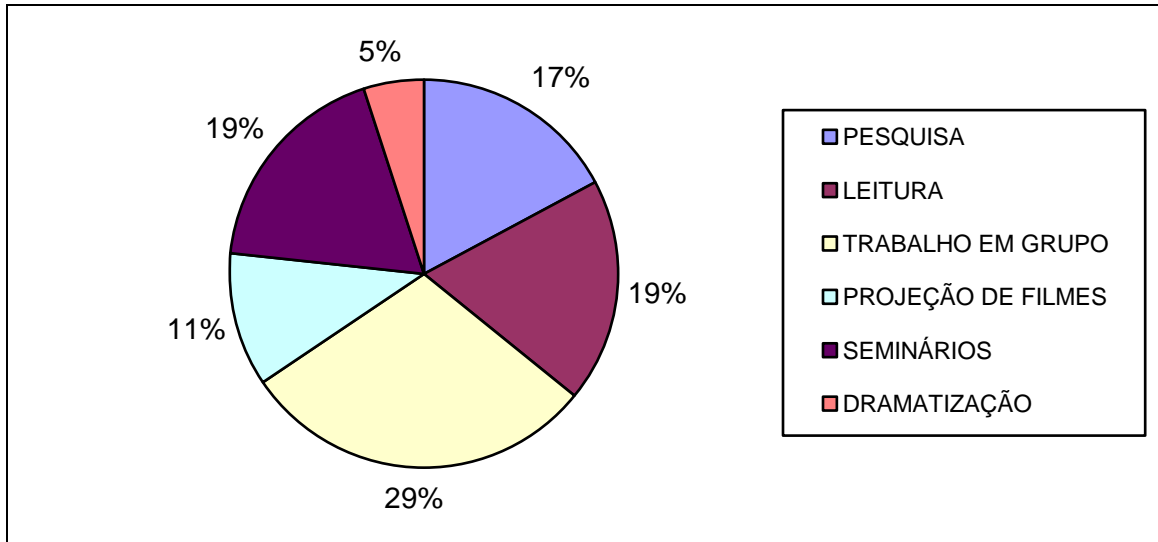
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN

Através dos resultados, verifica-se que a maioria dos alunos que não leem fica desinformada, portanto, isolada, sente dificuldades de se expressar e de se locomover. É uma situação de profundo constrangimento e, dificilmente, um aluno nesta situação chega ao sucesso escolar e acaba em reprovação ou abandona a escola.

Segundo Cipriano Luckesi (1984), as pessoas que não leem ficam isoladas do mundo, das conquistas, das raízes e de sua própria realidade histórica e cultural. Nesse sentido Paulo Freire (1980) defende que “a leitura do mundo precede a da palavra” porque ler não significa decodificar palavras, mas perceber, interpretar e transformar o mundo a nossa volta.

GRÁFICO 8

Atividades didático-pedagógica, utilizadas pelo professor, em sala de aula



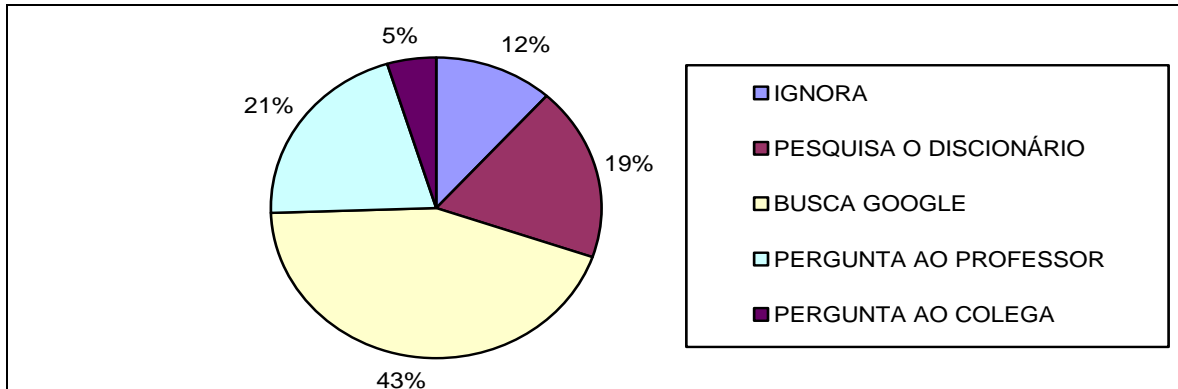
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN

Diante dos resultados, verificou-se que uma parte dos alunos considera que fazer trabalho em grupo é correto. Contudo, Guimarães (2001) nos diz que a escola deve promover novas formas de interação entre alunos, professor e patrimônio cultural. Segundo Lulfi. (2005), a criança é levada a lidar com a língua ao ler, ao contar história oralmente ou por escrito. Nesse sentido, Naspolii (1996), nos diz que a atividade que promove o conhecimento caracteriza-se por ser significativa produtiva e desafiadora.

Retomando as informações dos dados coletados no gráfico pode-se verificar que há uma diversidade na percepção dos alunos sobre o processo pedagógico do ensino, uma vez que todas as alternativas são igualmente significativas no processo pedagógico e os alunos poderiam optar por muitas ou por todas as alternativas, mas não o fez

GRÁFICO 9

Postura do aluno diante de palavras diferentes do seu vocabulário usual



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN

Diante dos resultados, do gráfico 10, verifica-se que a maioria dos alunos procura saber os significados das palavras, sobretudo na área das ciências físicas e biológicas. O que significa que é preciso que a escola promova, em todas as áreas do conhecimento, oportunidades para a ação leitora dos alunos.

Segundo Kleiman (2001), a leitura deve ser entendida como processo de ligação, o leitor deixa de ser passivo e passa a ser um agente que busca significações, enquanto o professor promove possibilidades de acesso, aos mais diversos tipos de livros, desencadeando assim, vários tipos de leitores.

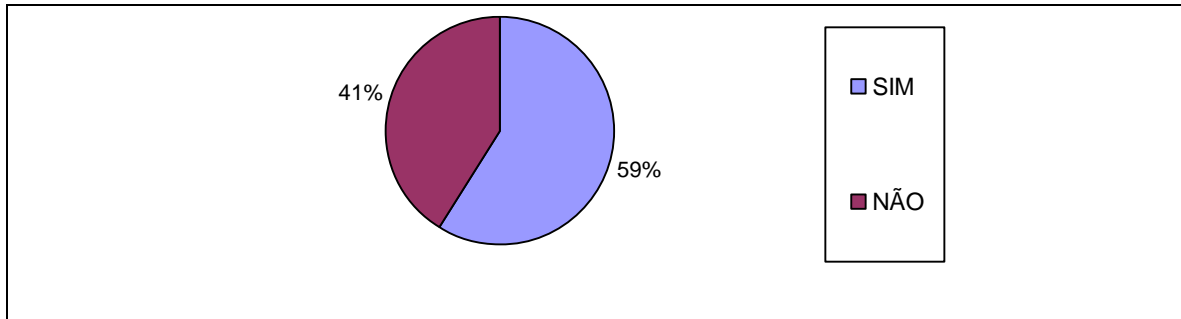
Para Yunes, ler significa:

uma descoberta, mudar de horizontes, interagir com o real, interpretá-lo, compreendê-lo e decidir sobre ele. Ler é, pois interrogar as palavras, duvidar delas; ampliá-las. Deste contato, desta troca nasce o prazer de conhecer, de imaginar, de inventar a vida. (YUNES, 2003, p. 37)

Segundo Demo (1993), a pesquisa como atitude significa principio científico e educativo, ou seja, base de produção científica e base da educação no manejo e produção do conhecimento.

GRÁFICO 10

Relação entre fala e escrita



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN

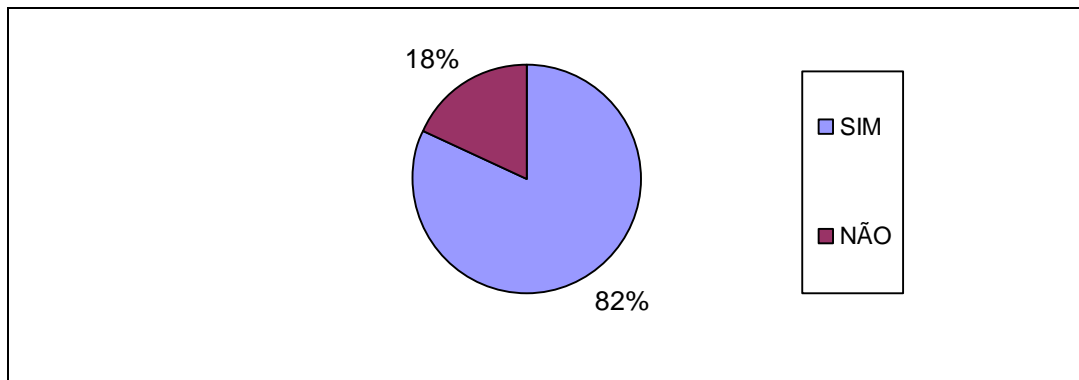
Diante dos resultados verificamos que a maioria dos alunos escreve da mesma forma que fala. Contudo Marcuschi (1993), nos diz que a fala não apresenta propriedades intrínsecas, também a escrita não tem propriedade intrínseca e privilegiada, pois não se pode afirmar que a fala é superior à escrita.

Nesse sentido, entendemos que a fala e a escrita são linguagens que convivem mantendo suas importâncias específicas, uma não desmerece a outra. Pelo contrário, a fala e a escrita são modalidades linguísticas que se interagem durante todo processo de desenvolvimento humano, em especial, na vida escolar.

Marcuschi (1993) vem enfatizar que:

as diferenças entre fala e escrita não se esgotam nem têm seu aspecto mais relevante no problema da representação física (gráfica e som), já que entre a fala e a escrita medeiam processos de construção diversos. (MARCUSCHI, 1993, p. 4)

Enfim, concluímos que é possível não só ensinar a escrever textos, como também a expressar-se oralmente em situações públicas e extra-escolares, quando se proporciona, na escola, múltiplas ocasiões de escrita e de fala, sem que cada produção se transforme, necessariamente, no objeto de ensino sistemático. Isso se torna uma realidade, ao criarmos um contexto de produção que permite aos alunos apropriarem-se das noções, das técnicas e dos instrumentos necessários ao desenvolvimento da expressão oral e escrita em situações diversas de comunicação.

GRÁFICO 11**Hábito de revisar o texto e reescrevê-lo**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados levantados com alunos do CETN

Neste gráfico aparece um fato muito importante na vida escolar, um percentual de 82% dos alunos declararam que revisam seus textos para depois reescrevê-los. Estes alunos afirmaram que com a revisão melhoram o desempenho textual e a qualidade dos textos produzidos.

O que demonstra que estes alunos já possuem, de certo modo, o domínio da língua culta. Uma vez que só revisa algo quem tem consciência de que pode identificar imperfeições em seus atos e fazer melhor.

Para estes alunos já existe um certo domínio normativo da língua. Então, deixa uma sinalização para o trabalho pedagógico de que é possível trabalhar, sem constrangimento e preconceito, a linguagem normativa através da leitura, produção e reconstrução textual.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa aprofundou a reflexão acerca do tema: preconceito linguístico nas relações entre fala e escrita dentro da escola brasileira, à luz de uma pesquisa sociolinguística, tomando como campo de análise uma turma do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual de Tanque Novo.

Esta pesquisa enfatizou, também, a importância da valorização do trabalho com a língua falada e escrita no espaço escolar bem como diversas abordagens teóricas que devem ser consideradas no processo pedagógico do ensino da língua, principalmente, com ênfase na língua falada que, às vezes, é muito desprezada na sala de aula, onde prioriza-se a escrita dentro da norma culta da língua.

Confirmou-se a necessidade de valorizar a linguagem oral na sala de aula, uma vez que esta deve ter igual importância na abordagem escolar, por se tratar do primeiro elemento de expressão do ser humano desde o seu nascimento, como sendo a sua marca pessoal denotada em seu processo de formação cultural e social, compreendendo assim os fatos da língua com que cada indivíduo lida no dia-a-dia.

Diante disso, faz-se necessário que os docentes trabalhem a norma padrão, mas que respeitem a forma própria que os alunos tem de se expressarem oralmente, de forma que não incorporem em si os preconceitos sociais que privilegiam a norma culta.

Cabe, ainda, ao professor saber identificar e reformular seus conceitos e práticas pedagógicas em vista de aumentarem a capacidade comunicativa e o espírito crítico dos alunos.

É importante ainda reiterar que toda língua natural muda, e a partir desse efeito. É importante ter em mente que o ensino de língua na escola não visa a formar linguístas ou gramáticas e muito menos analistas da fala, analistas de textos ou da conversação. Tudo se resume a este objetivo: ensinar aos alunos a perceberem a riqueza que envolve o uso efetivo da língua como patrimônio maior do qual não pode abrir mão (MARCUSHI, 2001, p.35)

Diante do que foi postulado, espera-se que as informações expostas neste trabalho possam contribuir de algum modo para a mudança de postura em alguns educadores, estimulando projetos dentro da escola, com objetivos vitais, culturais,

sociais e político-educacional para que haja clareza no desenvolver das atividades letivas, possibilitando a formação do cidadão consciente, capaz de compreender a importância do respeito na convivência social e do e diminuindo a exclusão causada pelo preconceito linguístico ou quais quer outra forma de discriminação.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Vera Teixeira e, BORDINI, Maria da Glória. *Leitura: A formação do Leitor: alternativas metodológicas*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993

BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. 49ª ed. São Paulo: edições Loyola, 2007

_____. Preconceito Linguístico. *Revista Presença Pedagógica*. V. 14, n. 79, jan./fev. 2008.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. MEC/SEF. *O que é o Plano Decenal para Todos*. Brasília: MEC/SEF, (1993).

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: *Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental* – Brasília: MEC/SEF, 1998, pp. 69-70

DMITRUK, H. B. (Org.) *Diretrizes de Metodologia Científica*. 5ª ed. Chapecó: Argos, 2001.

ECCO, I. *A Prática educativa escolar problematizadora e contextualizada: uma vivência na disciplina de história*. Erechim, RS: EdiFAPES, 2004.

EDWARD SAPIS, *A Linguagem*, Rio de Janeiro, Acadêmica, (1971, p. 206 -21 1).

FÁVERO, Leonor Lopes, *Oralidade e escrita: Perspectiva para o ensino da língua materna*/Leonor Lopes Fávero Maria Lucia da Cunha V. de Oliveira Andrade, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. 4ª ed. — São Paulo. (Cortez, 2003).

FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre alfabetização*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2001

FRELRE, Paulo, *A importância do ato de ler*. São Paulo. Cortez (1980)

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se complementam. 51. ed., v. 22, São Paulo: Cortez, 2011

Extraído de Castello e Preti (1986). *A linguagem Falada Culta na cidade de São Paulo*. Vol. II - Diálogos entre dois informantes - São Paulo. T.A. Queiroz (EDUSP,P.9-10).

FRANÇOIS, Gadet, "*Recherches recentes sur les variations socioles de la langue, Langue Française*, Paris, (9, 74, Fev. 1971).

GERALDI, (1991). *Linguagem interação e ensino* Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GUERRA, Luiz Antônio, (2017) Preconceito

<https://www.infoescola.com/sociologia/preconceito>. Acessado em 27/07/2019.

HEAD, B. (1988). *A Teoria da linguagem e o ensino do vernáculo*. In: Subsídios a proposta curricular de língua portuguesa para o 2º grau. Volume 1, SE-SP/CENP/UNICAMP.

KLEIMAN, Ângela. *Leitura ensino e pesquisa*. 2ª. ed. Campinas/SP: Pontes, 2001.

JESPERSEN, Jens Otto Harry, *Individuo*, Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1947.

LAJOLO, Marisa. *Leitura em crise na escola*. São Paulo: Mercado Aberto, 1982

LEFFA, Vilson J. Perspectivas no estudo da leitura: Texto, leitor e interação social. In: LEFFA, Vilson J.; PEREIRA, Aracy E. (Orgs). *O ensino da leitura e produção textual: alternativas de renovação*. Pelotas, RS: Educat: 1999.

LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro, 2004.

LOPES, H.V. (1992) *A alfabetização prossegue: Uma experiência com a 5ª série*,. In: O Ensino de Português. São Paulo, contexto.

LUCKESI, Cipriano Carlos et ai. *Leitura do mundo*. In: Fazer Universidade uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, (1984, p.1213-125).

_____, Cipriano Carlos (et. al.) *Universidade: uma proposta metodológica*. 13ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade: por uma nova concepção da Língua materna*. Porto Alegre: LPM, (2005 :21)

MAGRO, M. C. *Estudar também se aprende*. São Paulo: EPU, 1979.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita*. Atividades de retextualização, 2ª. ed São Paulo: Cortez, 1986.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento*. Campinas - São Paulo: Mercado de Letras, 1994.

OTTO, Jaspersim, Humanidad, Mocion, *Individuo*, Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, (1947, p 181).

PRETI, Dino 1930 — *Sociolingüística: Os níveis da Fala: Um estudo Sociolingüístico do Dialogo na Literatura Brasileira/Lino Preti* — 8ª ed. — São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.(1997 — Campi; 15)

RUIZ, J. A. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. 11ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *O ato de ler*. 8ª. ed. São Paulo: Cortez (1997, p.135)

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de Leitura*. Trad. Claudia Schilling - 6ed. – Porto Alegre: Artmed, 1998.

WILLIAN Bright, "*Introduction: the Dimensions of sociolinguistics*", em *sociolinguistic*, Nova Iorque — Paris, Mouton-de Gruyter. Hague; (1966 pp 11-15).

WIKIPÉDIA. *Leitura*. <http://wikipedia.org/wiki/Leitura>. Acessado em 28/07/2019.

YUNES, Eliana. *Pensar a Leitura: complexidade*. São Paulo: PUC (2002)

YUNES, Eliana; OSWALD, Maria Luiza (orgs.). **A experiência da leitura**. São Paulo: Loyola, 2003.

ANEXOS

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS



QUESTIONÁRIO

1) Como você percebe o uso da fala entre seus colegas:

Correta () Diferente () Incorreta ()

2) Como o professor trata a sua forma de falar:

Aceita () Corrige () Explica que é diferente () Diz que está errado

3) Quando seu colega fala diferente:

Você corrige () Você critica () Você aceita ()

4) Durante seus anos de estudo você já presenciou algum tipo de preconceito na sala de aula?

() Nunca () Algumas Vezes () Muitas Vezes

5) Você já sofreu algum tipo de preconceito?

() Sim () Não

6) Você já presenciou, em sua escola, atitudes de preconceito relacionado à forma de falar de alguém?

() Sim () Não

Se sua resposta foi sim, diga por parte de quem foi cometido?

() colega () Professor () Direção () Funcionários

7) O que você percebe que acontece com as pessoas que não leem?

() Tem dificuldade de relacionamento () Ficam desinformadas ()
() Se isolam () Não faz diferença

8) Na sua sala de aula, o professor dá oportunidade para:

Pesquisar () Fazer leitura () Fazer trabalho em grupo () Assistir filmes ()
Apresentar seminários () Dramatizações ()

9) Quando você ouve palavras diferentes você procura saber o significado?

() sim () não

Se sim, com quem? Com o colega () Pesquisa no dicionário () com o professor () No Google ()

10) Você escreve da mesma forma que fala?

() sim () não

11) Você tem o hábito de revisar seus textos para depois refazer e passar a limpo?

Sim () Não ()